



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021
AES Brasil Energia S.A. e Controladas
CNPJ 37.663.076/0001-07 - Companhia Aberta

www.aesbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Prezados Acionistas,
A administração da AES Brasil Energia S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 29 de março de 2021, foi finalizado o processo de incorporação de ações da AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê") pela AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil Energia"). Dessa forma, para fins das demonstrações contábeis, passou-se a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021. Para fins do Relatório de Administração, foi considerado o resultado de doze meses da AES Brasil Operações S.A. ("AES Brasil", "AES Operações" ou "Companhia"), anteriormente denominada AES Tietê, pois a Administração entende que esta informação fornece ao usuário uma informação de maior relevância, proporcionando, inclusive, maior comparabilidade e consistência na análise. Neste sentido, as demonstrações contábeis consolidadas apresentam um lucro líquido de R\$ 424,6 milhões e o Relatório de Administração R\$ 516,5 milhões. Para fins deste Relatório de Administração, o valor de R\$ 01 milhão, referente ao lucro líquido individual da AES Brasil Energia foi desconsiderado das análises deste relatório.

A Reestruturação teve como objetivo facilitar a flexibilização da estratégia de crescimento da Companhia por meio da alocação de novos projetos e/ou aquisições em sociedades futuramente controladas pela Companhia, além de permitir maior alavancagem para financiamento.
A partir de 29 de março de 2021, a AES Brasil Energia passou a ser negociada no segmento de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o ticker AESB3. Dessa forma, a AES Tietê deixou de ser negociada no Nível 2 da B3 e passou a ser integralmente controlada pela AES Brasil.
Em 30 de novembro de 2021, com o objetivo de otimizar a estrutura societária e de capital da Companhia, foi concluída a reorganização societária envolvendo a incorporação da AES Tietê pela AES Brasil Operações S.A.. Neste contexto, houve a extinção da personalidade jurídica da incorporada e a sua sucessão pela AES Operações, em todos os direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.
Com isso, por razões comparativas, as informações apresentadas ao longo deste documento referem-se aos resultados operacionais e financeiros da AES Operações referentes aos períodos de 2021 e 2020.

PERFIL

A AES Brasil dedica seus esforços e trabalha para se tornar uma plataforma diversificada de geração, diferenciando-se pelo portfólio 100% renovável, foco no cliente e por sua excelência como gestora de ativos. A crescente demanda das empresas brasileiras por sustentabilidade e ganhos de eficiência em suas cadeias produtivas, o que se comprova com o crescimento consistente do mercado livre, direciona o crescimento de nossos negócios. Além disso, a meta da Companhia é aumentar sua capacidade de geração, diversificando seu portfólio com fontes não hídricas e contratos de longo prazo. O pilar central desta meta é a diligência na avaliação das oportunidades de crescimento, sempre prezando pela geração de valor aos seus acionistas.

Nossa Estratégia é:
Ser a Melhor Escolha do Cliente no Mercado Livre: implica em oferecer produtos de qualidade, de acordo com as necessidades dos clientes, através da agilidade e digitalização em nossos processos. As discussões regulatórias estão avançando e apontam para mais liberalização e sofisticação do mercado. A abertura do mercado livre de energia trará novas oportunidades de negócios e melhorias para o setor, visando a inclusão de novas tecnologias e instrumentos de melhoria para redução de riscos, acentuando a confiança de financiadores, operadores e investidores. Para fazer frente a estas mudanças queremos estar preparados para oferecer produtos personalizados, promovendo as melhores soluções e experiência aos nossos clientes.
Tudo isso sustentado por 3 direcionadores:

Resiliência: investimos em projetos de crescimento e diversificação do portfólio de ativos geradores, com fontes que complementam a sazonalidade entre elas (hidrelétrica, eólica e solar). Atuamos com inteligência de mercado para aproveitar as oportunidades na comercialização de energia e mitigar riscos, otimizando o nível de contratação do parque gerador.

Competitividade: a busca contínua por maior eficiência operacional e financeira garante o nosso protagonismo no mercado livre de energia. Atuamos com foco no cliente, para desenvolver produtos e soluções customizados que superem as expectativas na oferta de energia livre de carbono 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Responsabilidade: conduzimos e desenvolvemos nossos negócios com o objetivo de promover impactos positivos e evitar ou minimizar impactos negativos. Com ética e transparência, nossos processos de governança corporativa e de tomada de decisão consideram as melhores práticas e critérios para a gestão de aspectos socioambientais.

Para saber mais sobre o portfólio de soluções e produtos da AES Brasil, acesse aesbrasil.com.br.

PORTFÓLIO

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 4,7 GW, sendo 2.658,4 MW hídrico, 1.738,0 MW eólico e 295,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em desenvolvimento parte de seu pipeline eólico e solar, ainda em negociação, que poderá adicionar até 1,3 GW de capacidade instalada. Após a finalização dos projetos em desenvolvimento e pertencentes ao pipeline, o portfólio da Companhia contará com 6,0 GW de capacidade instalada.

Além do portfólio existente e pipeline já adquirido, a Companhia possui projetos *greenfield* eólicos e solares em fase de estudos e negociação para garantir o atendimento à demanda crescente de nossos clientes.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da Companhia é composto por nove usinas hidráulicas ("UHEs") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs").

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Bacia Hidrog.	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física Bruta (MWm)	Vencimento Concessão
Água Vermelha	SP	Rio Grande	1978	6	1.396,2	731,0	ago/2032
Bariri	SP	Tietê	1969	3	143,1	62,7	jul/2032
Barra Bonita	SP	Tietê	1963	4	140,8	47,8	mai/2032
Caconde	SP	Rio Grande	1966	2	80,4	33,2	mai/2032
Euclides da Cunha	SP	Rio Grande	1960	4	108,8	49,2	jun/2032
Ibitinga	SP	Tietê	1969	3	131,5	70,3	ago/2032
Limoeiro	SP	Rio Grande	1958	2	32,0	14,8	jul/2032
Nova Avanhandava	SP	Tietê	1982	3	347,4	132,1	mai/2032
Promissão	SP	Tietê	1975	3	264,0	98,8	set/2032
PCH Mogi	SP	Mogi Guaçu	1994	2	7,2	4,0	jul/2032
PCH S. Joaquim	SP	Mogi Guaçu	2011	1	3,0	1,3	jun/2036
PCH S. José	SP	Mogi Guaçu	2012	2	4,0	1,6	jun/2036
Total Portfólio Hídrico				35	2.658,4	1.246,8	

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da Companhia. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 27 de dezembro de 2020, a AES Brasil anunciou o acordo de aquisição dos Complexos Eólicos Mandacarú e Salinas (anteriormente denominados Complexos Eólicos MS e Santos). Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possuem 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratados no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializados por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Atualmente, a Companhia está desenvolvendo 684,0 MW de capacidade instalada no Complexo Cajuína, referentes às fases A e B de construção do parque. Em 2021, a Companhia anunciou o equivalente a 478,8 MW de capacidade instalada em novos PPAs assinados com clientes de primeira classe. Os novos contratos de fornecimento de energia serão supridos pelo Complexo Eólico Cajuína e possuem uma duração média de 18,1 anos. Destes o primeiro anunciado em 2021, o equivalente a 256,5 MW de capacidade instalada refere-se à constituição de joint ventures para autoprodução, sendo a primeira delas anunciada em agosto de 2021 para o fornecimento de 80 MWm pelo prazo médio de 15 anos e a segunda, anunciada em dezembro, para o fornecimento de 40 MWm pelo prazo médio de 20 anos, ambas com início do suprimento em 2024.

Ainda, entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, a Companhia assinou dois novos PPAs de longo prazo no formato de autoprodução, cuja efetividade está sujeita às assinaturas dos Acordos de Investimento previstos para o primeiro semestre de 2022. Juntos, os novos PPAs totalizam o equivalente a 114,0 MW de capacidade instalada a ser desenvolvida no Complexo Cajuína.

Além disso, a Companhia possui cerca de 914 MW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda.

Complexos Eólicos	Local	Entrada em Operação	Cap. Instalada (MW)	G. F Bruta ¹ (MWm)	G. F ² (MWm)	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA	Fim da Autor.
OPERAÇÃO									
Complexo Alto Sertão II			386,1	184,4	178,7				
LER 2010	BA	2014	167,7	83,2	73,5	set/13	ago/33	229,04	2046
LEN 2011 ³	BA	2015	218,4	101,2	102,5	jan/16	dez/35	185,06	2047
Complexo Ventus			187,0	65,8	65,8				
LER 2009	RN	2014	187,0	65,8	65,8	jul/12	mai/34	291,90	2045
Complexos Mandacarú e Salinas⁷			158,5	66,7	66,7				
Mandacarú - LER 2009/LEN 2011 ⁸	CE	2014	108,1	46,6	46,6	nov/14 ¹⁰	out/34 ¹⁰	221,18	2047
Salinas - LER 2009 ⁹	RN	2014	50,4	20,1	20,1	mar/14	fev/34	269,37	2045
DESENVOLVIMENTO									
Complexo Tucano			322,4	157,2	147,1				
Fase 1 ⁴ (ACL)	BA	2S22e	155,0	78,0	71,5	jan/23	dez/42	-	2055
Fase 2 (ACL)	BA	2S22e	167,4	79,2	75,6	jan/22	dez/36	-	2055
Complexo Cajuína			478,8	258,3	241,4				
1° PPA (ACL)	RN	1S23e	45,6	24,5	22,9	jan/23	dez/42	-	2055
2° PPA (ACL)	RN	1S23e	165,3	89,6	83,7	jan/24	dez/43	-	2055
3° PPA (ACL)	RN	1S23e	11,4	6,5	6,1	jan/23	dez/35	-	2055
4° PPA (ACL) ¹¹	RN	1S23e	165,3	90,4	84,5	jan/24	dez/38	-	2055
5° PPA (ACL) ¹²	RN	1S23e	91,2	47,3	44,2	jan/24	dez/43	-	2055
PIPELINE⁵									
Complexo Tucano			260,4						
Complexo Eólico Cajuína⁶			RN	858,9					

¹ Garantias físicas a P50; ² Garantia Física a P90, com exceção dos Complexos Ventus, Mandacarú e Salinas, considerados valores a P50; ³ LEN A sofreu revisão de sua garantia física em 2019 (-4,2%) e 2020 (-0,6%); ⁴ Fase 1 joint venture com controle compartilhado (50% AES Brasil); ⁵ Complexo Tucano: acordo de opção assinado em junho de 2019, com período de exclusividade atrelado; ⁶ Complexo Eólico Cajuína, com um total de 1.337,7 MW de capacidade instalada; ⁷ Anteriormente denominados Complexos Eólicos MS e Santos, suas SPEs foram reorganizadas no 1S21 de acordo com o estado brasileiro em que estão localizadas; ⁸ Parques Santo Antônio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge (64,0 MW de capacidade instalada); LEN 2011/Parques Embuca e Icarai (44,1 MW de capacidade instalada); LER 2009; ⁹ Parques Bela Vista (Areia Branca) e Mar e Terra (50,4 MW de capacidade instalada); LER 2009; ¹⁰ Para os parques Santo Antônio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge, Icarai teve sua entrada em operação em julho de 2013 e Embuca iniciou suas operações em abril de 2014; ¹¹ Joint venture com controle compartilhado (76% AES Brasil); ¹² Joint venture com controle compartilhado (90% AES Brasil).

Fonte Solar
Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbé, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

No terceiro trimestre de 2021, a Companhia adicionou um projeto solar no estado de Minas Gerais à sua pipeline, e ser desenvolvido em um momento em que as condições de mercado se mostrem favoráveis.

Complexos Solares	Local	Entrada Operação Comercial	Unidades Geradoras	Cap. Instalada (MW)	G. Física (MWm)	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA	Fim da autoriz.		
OPERAÇÃO											
Complexo Guaimbé - LER 2014			SP	fev/18¹	557.490	150,0	29,5	out/17	set/37	324,52	jun/50
Complexo Ouroeste				522.760	145,1	35,8					
Boa Hora - LER 2015	SP	ago/19	246.240	69,1	15,9	jan/21	out/38	394,47	jun/51	-	
Água Vermelha - LEN 2017	SP	nov/19	276.520	76,0	19,9	nov/18	dez/40	181,69	jun/53	-	
PIPELINE											
Solar	MG	-	-	378,0	-	-	-	-	-	-	

¹ Aquisição em setembro de 2018.

GESTÃO COMERCIAL DO PORTFÓLIO DE ENERGIA

Como parte da estratégia de gestão de risco do portfólio, a Companhia realizou operações de compra de energia com o objetivo de reduzir seu nível de contratação em 2021 e 2022 e, consequentemente, seu nível de exposição ao risco hidrológico de acordo com as estimativas de evolução do cenário hidrológico após o período úmido frustrado no último ano. Desta forma, o nível de contratação hídrica anual do portfólio foi readequado para 73% em 2021 e 72% em 2022.

Em contrapartida, a estratégia do time comercial está focada em elevar o nível de contratação para os anos de 2023 em diante, com PPAs de longo prazo e maior atratividade dos preços de contratação. Neste cenário, o nível de contratação dos ativos hídricos para os anos de 2023, 2024 e 2025 é de 60%, 65% e 38%, respectivamente.

Evolução do portfólio¹ - MWm

Preço Hídrico (Convencional) ¹ (R\$/MWh)	139	169	176	166	155
Preço Eólico + Solar ² (R\$/MWh)	226	236	225	209	209
Nível de Contratação Total do Portfólio	79%	81%	87%	83%	66%
Nível de Contratação Hídrica com Complementariedade	73%	72%	60%	65%	38%
	1.591	1.648	1.880	1.917	1.917
	329	336	452	388	720
	893	900	933	857	525
	369	412	494	672	672
	2021	2022	2023	2024	2025

¹ - Preço antes dos impostos. Considera 150MWm referente ao PPA dolarizado na energia hídrica contratada a partir de 2024 - taxa de câmbio com base no Relatório Focus de 04/02/22 (2024: R\$ 5,39/USD e 2025: R\$ 5,35/USD); ² - Considera Complexos Eólicos Ventus, Mandacarú e Salinas a partir de 2021, Complexo Eólico Tucano a partir de 2022 e Complexo Eólico Cajuína a partir de 2023.

¹ Valores reais com base em fevereiro de 2022. Exclui perdas e consumo interno (garantia física líquida). Energia ajustada de acordo com a expectativa de entrada em operação das plantas, desconsidera PPAs assinados entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022 cuja vigência depende da assinatura de Acordos de Investimentos ainda em andamento, vide capítulo sobre o portfólio eólico.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - ENERGIA+

Em 2020, a AES Brasil lançou o Energia+, sua plataforma digital de comercialização de energia no varejo, com o intuito de posicionar-se com ainda mais eficiência no cenário de abertura do mercado livre. Trata-se de um ambiente centrado no consumidor e planejado de maneira a viabilizar colaborações com parceiros selecionados, proporcionando a simplificação e desburocratização do acesso ao mercado livre e a facilidade de acesso à energia com preços competitivos para seu perfil de consumo.

Por já possuir a expertise de atuação no mercado varejista, a Companhia dispõe de uma estrutura de serviços compartilhados própria que sustenta a operação, além de um grupo de líderes e analistas com experiência de mais de 15 anos no setor de distribuição, com um amplo conhecimento das necessidades dos clientes e das formas mais eficientes de gerenciamento do relacionamento com este público.

Com uma base de clientes com perfis de consumo diversificados, reduzimos os riscos de crédito, uma vez que, dentro de um portfólio mais amplo, cada cliente individual possui menor peso e capacidade de influência, além de simplificarmos a gestão da energia, dadas as diferentes configurações de demanda. Vale mencionar que a Companhia trabalha com um parceiro do mercado financeiro para análise do risco de crédito em tempo real durante o processo de contratação.

No momento, os esforços estão voltados à melhoria nas integrações com os parceiros de negócios e ao aprimoramento da experiência do usuário.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Fonte Hídrica

Energia Gerada

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não puramente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do MRE. Neste contexto, as usinas da AES Brasil representam 2,2% de toda a garantia física hídrica que compõe este sistema de compartilhamento de risco hidrológico.

O despacho das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE é determinado pelo ONS e foi menor ao longo de 2021, em decorrência do cenário hídrico adverso. Com a menor quantidade de insumo disponível para a geração, dada a baixa afluência e reservatórios em níveis críticos, o sistema hídrico brasileiro como um todo produziu menos energia.

Conforme descrito no início desta seção, as usinas da Companhia fazem parte do MRE, mecanismo financeiro de compartilhamento do risco hidrológico. Desta forma, os resultados decorrentes da geração hidrelétrica não estão relacionados puramente ao volume de geração da Companhia, mas sim ao desempenho de todo o conjunto de usinas pertencentes a este mecanismo, de forma proporcional à representatividade de cada agente neste sistema.

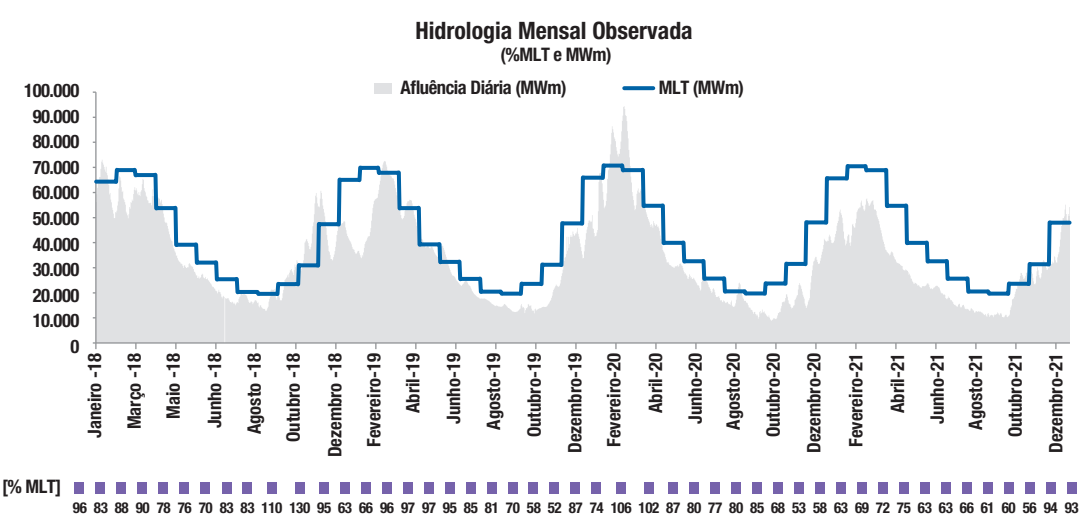
Por determinação do Operador Nacional do Sistema, houve redução no despacho das usinas hídricas e aumento do despacho das usinas térmicas fora da ordem de mérito desde o quarto trimestre de 2020. Além disso, uma série de medidas excepcionais foi adotada pelos órgãos competentes com a finalidade de preservar os níveis de reservatórios. Tais medidas de proteção foram iniciadas após um período úmido frustrado entre 2020 e 2021 e intensificadas em um cenário de níveis históricos de baixa afluência durante o período seco, resultando em uma menor geração hídrica ao longo do ano.

Apesar da recuperação da afluência no quarto trimestre (91,2% da MLT para SIN e 91,8% da MLT para o subsistema SE/CO), a política de gestão do Governo continua priorizando a preservação e recuperação dos níveis de reservatórios em detrimento do despacho das usinas hídricas, colaborando para o aumento da segurança energética do sistema.

No ano, o volume total de energia gerada pelas usinas hidráulicas foi de 6.795,6 GWh, redução de 33,2% em relação ao volume gerado no mesmo período de 2020 (10.176,8 GWh). Essa variação é reflexo do cenário de escassez hídrica do período, com níveis históricos de baixa afluência no SIN durante os nove primeiros meses do ano.

As usinas localizadas nas Bacias do Rio Tietê registraram uma redução na geração de 6,9% no 4T21 e 25,4% no ano, enquanto as usinas localizadas na Bacia do Rio Grande apresentaram redução de 37,4% no 4T21 e 37,5% no ano quando comparadas aos mesmos períodos de 2020.

Geração - Usinas Hidráulicas (GWh)	2020	2021	Var.
Energia Gerada Bruta	10.176,8	6.795,6	-33,2%
Água Vermelha	5.825,3	3.669,4	-36,5%
Bariri	541,2	406,8	-24,8%
Barra Bonita	448,5	303,2	-32,4%
Caconde	262,8	129,3	-50,8%
Euclides da Cunha	373,1	214,9	-42,4%
Ibitinga	553,7	495,4	-10,5%
Limoeiro	109,7	58,0	-47,1%
Nova Avanhandava	1.186,4	864,9	-27,1%
Promissão	847,5	599,5	-29,3%
Mogi/ S. Joaquim /S. José	28,6	24,2	-15,4%
Energia Gerada Líquida	9.920,2	6.674,1	-32,7%



Fonte: CCEE

Fonte Eólica

Energia



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021
AES Brasil Energia S.A. e Controladas
 CNPJ 37.663.076/0001-07 - Companhia Aberta

→ continuação

www.aesbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Receita e Margem Líquida

No ano, a receita operacional líquida totalizou R\$ 2.511,7 milhões, um incremento de 24,9% ou R\$ 500,6 milhões em comparação com 2020 (R\$ 2.011,2 milhões).

A margem operacional líquida² da AES Brasil totalizou R\$ 1.306,3 milhões no acumulado de 2021, representando uma redução de 45,7% ou R\$ 1.101,5 milhões em comparação com 2020 (R\$ 2.407,7 milhões). Esse resultado pode ser explicado pela:

- (i) redução de R\$ 947,0 milhões devido ao ganho extraordinário no 4T20 decorrente do ressarcimento do GSF, referente à resolução do tema;
- (ii) redução da margem hídrica no valor de R\$ 277,1 milhões devido ao maior volume de compra de energia, refletindo a estratégia de mitigação do risco hidrológico (2021: 6.161,8 MWh vs. 2020: 2.466,5 MWh); parcialmente compensado pelo
- (iii) aumento da margem eólica no valor de R\$ 146,3 milhões, em razão da contribuição dos Complexos Ventus, no montante de R\$ 99,8 milhões, e Mandacaru e Salinas, no montante de R\$ 58,3 milhões.

² Receita líquida menos compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais.

Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas

No ano, as despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 402,4 milhões, um acréscimo de 18,2% quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$ 340,5 milhões). Abaixo, os principais destaques:

- (i) incremento trazido pela inflação e dissídio de R\$ 26,1 milhões;
- (ii) R\$ 40,5 milhões relacionados aos contratos de O&M dos novos Complexos Mandacaru e Salinas;
- (iii) maiores custos com investimentos em digitalização e Inovação como apoio à implementação da estratégia de digitalização, como cadeia de suprimentos global, inteligência comercial e soluções digitais para clientes, no valor de R\$ 36,3 milhões;
- (iv) custos e despesas na coluna de crescimento no montante de R\$ 3,4 milhões com serviços de terceiros;
- (v) esses efeitos foram compensados pela redução de R\$ 44,4 milhões na coluna de não recorrente devido, principalmente, à revisão do *earn-out* provisionado quando da aquisição de Alto Sertão II em 2017 no valor de R\$ 28,9 milhões e R\$ 41,3 milhões referentes à contratação de assessores financeiros e legais em 2020, parcialmente compensados pelo Saldamento do plano de benefícios e suspensão dos aportes de contribuições no PSAP/Tietê no montante de R\$ 30,9 milhões.

Ebitda

No acumulado do ano, a Companhia registrou um Ebitda de R\$ 903,9 milhões, valor 56,3% inferior quando comparado ao mesmo período de 2020 (R\$ 2.067,3 milhões). Este resultado se deve, principalmente, ao:

- (i) redução de R\$ 947,0 milhões em função do ressarcimento do GSF em 2020;
- (ii) redução de R\$ 288,5 milhões no Ebitda hídrico, reflexo do maior volume de compra de energia no período;
- (iii) redução de R\$ 6,0 milhões no Ebitda solar, reflexo da operação comercial do PPA de AGV a partir de janeiro de 2021, o qual possui um preço menor do que o contrato bilateral firmado em 2020 devido a entrada em operação antecipada do parque em novembro de 2019; efeitos parcialmente compensados pelo
- (iv) aumento no Ebitda eólico no valor de R\$ 81,4 milhões, decorrente da contribuição do Complexo Ventus e Mandacaru e Salinas nos resultados do período, sendo os dois últimos a partir de maio de 2021; e

Resultado Financeiro

No ano, o resultado financeiro apresentou melhora de R\$ 71,9 milhões, totalizando um resultado negativo em R\$ 457,7 milhões em 2021 contra R\$ 529,6 milhões em 2020.

Receitas Financeiras

No acumulado do ano, as receitas financeiras somaram R\$ 82,0 milhões, resultado 34,0% maior que a receita financeira registrada no mesmo período de 2020 (R\$ 61,1 milhões). Essa variação é explicada principalmente em função de um ganho de R\$ 22,1 milhões com variação cambial, principalmente, de operações de SWAP relacionadas à contratação de empréstimos em moedas estrangeiras para os projetos de crescimento da Companhia e empréstimos atrelados à moeda estrangeira.

Despesas Financeiras

No acumulado do ano, as despesas financeiras somaram R\$ 539,7 milhões, uma redução de 8,6% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 590,8 milhões). Os efeitos que impactaram o resultado são:

- (i) liquidação antecipada do GSF em janeiro de 2021, com o objetivo de mitigar o impacto da atualização do passivo pelo IGP-M. Esse evento permitiu com que a Companhia não registrasse nenhuma despesa financeira relacionada à atualização monetária do GSF vs. uma despesa de R\$ 229,5 milhões em 2020; efeito parcialmente compensado pela
- (ii) maior atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas no valor de R\$ 198,0 milhões, em função do maior saldo registrado no período, maior IPCA (2021: 10,06% vs. 2020: 4,52%) observado, e maior custo atrelado ao CDI, justificado pelo aumento da taxa ao longo do ano (9,25% em 2021 vs. 2,00% em 2020).

Lucro Líquido

No acumulado do ano, a Companhia apurou um lucro líquido consolidado de R\$ 516,5 milhões, resultado 39,1% inferior ao auferido no mesmo período do ano passado (R\$ 848,0 milhões), explicado pelos mesmos motivos abaixo.

- (i) menor EBITDA no valor de R\$ 1.163,3 milhões, em função do ganho extraordinário em 2020 decorrente do ressarcimento do GSF no montante de R\$ 947,0 milhões;
- (ii) maior depreciação e amortização no valor de R\$ 157,2 milhões devido a amortização do reconhecimento do GSF no 4T20, além da aquisição de Ventus, Mandacaru e Salinas; efeitos parcialmente compensados pelo
- (iii) menor imposto reconhecido no resultado devido ao tributo diferido no montante de R\$ 917,5 milhões, decorrente do crédito fiscal de R\$ 536,4 milhões reconhecido em função da reestruturação de sua subsidiária AES Brasil Operações;
- (iv) menor resultado financeiro líquido no valor de R\$ 71,9 milhões em função da liquidação antecipada do GSF, com o objetivo de mitigar o impacto da atualização do passivo pelo IGP-M, parcialmente compensado pelas maiores despesas com encargos de dívidas e atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos.

Remuneração aos Acionistas

Ao longo do ano, a Administração da Companhia distribuiu R\$ 92,1 milhões, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 0,23088333341 por ação ordinária, distribuídos como dividendos intermediários referentes ao primeiro e segundo trimestres.

Endividamento

Dívidas (R\$ milhões)	Montante ¹	Vencimento	Custo Nominal
AES Brasil Energia - Consolidado	6.216,5		
AES Brasil Energia	650,1		
1ª Nota Comercial	650,1	mar/22	CDI + 1,50% a.a.
AES Brasil Operações - Consolidado	5.566,4		
AES Brasil Operações²	4.852,7		
5ª Emissão de Debêntures	227,3	dez/23	IPCA + 6,54% a.a.
6ª Emissão de Debêntures - 2ª série	401,5	abr/24	IPCA + 6,78% a.a.
8ª Emissão de Debêntures	210,1	mai/30	IPCA + 6,02% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 1ª série	1.410,5	mar/27	CDI + 1,00% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 2ª série	740,6	mar/29	IPCA + 4,71% a.a.
9ª Emissão de Debêntures - 3ª série	211,7	mar/29	IPCA + 4,71% a.a.
Empréstimo 4131 (captação em 2020) ³	657,1	dez/25	CDI + 1,50% a.a.
Empréstimo 4131 (captação em 2021) ³	785,8	mar/26	CDI + 1,48% a.a.
Brasventos Eolo (BNDES)	68,0	out/29	TJLP + 2,51% a.a.
Brasventos Miassaba (BNDES)	68,3	out/29	TJLP + 2,71% a.a.
Rio dos Ventos 3 (BNDES)	71,7	out/29	TJLP + 2,51% a.a.
AES Tietê Eólica	106,1		
1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	46,6	dez/25	IPCA + 7,61% a.a.
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	59,5	dez/25	IPCA + 7,87% a.a.
Complexo Santos (BNDES)	121,0		
São Jorge	45,0	dez/30	TJLP + 2,45% a.a.
São Cristóvão	50,0	dez/30	TJLP + 2,45% a.a.
Santo Antonio de Pádua	26,0	dez/30	TJLP + 2,45% a.a.
Complexo MS (BNDES)	49,2		
Mar e Terra	11,2	nov/29	TJLP + 1,88% a.a.
Embuaca	12,2	mai/30	TJLP + 1,76% a.a.
Icaraí	12,1	out/29	TJLP + 1,66% a.a.
Bela Vista	13,7	nov/29	TJLP + 1,66% a.a.
Complexo MS (BNB) ⁴	139,5		
Mar e Terra	39,3	mai/33	2,5% a.a.
Embuaca	37,2	mai/30	2,5% a.a.
Icaraí	25,3	mai/31	2,5% a.a.
Bela Vista	37,7	mai/30	2,5% a.a.
Complexo Tucano (Debênture)	297,8		
1ª emissão de Debêntures - Holding II	297,8	set/41	IPCA + 6,06% a.a.

¹ Saldo contábil atualizado, considerando principal, juros e custos da transação.

² Não considera arrendamento financeiro.

³ Custos das operações offshore estão representadas após operações de derivativos, que protege 100% do fluxo de caixa.

⁴ Taxa pré.

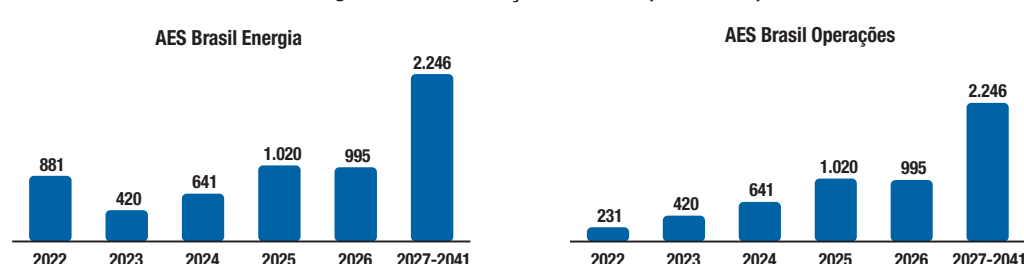
A dívida bruta consolidada da AES Brasil Energia S.A. encerrou 31 de dezembro de 2021 em R\$ 6.216,5 milhões. Sua controlada, AES Brasil Operações, encerrou o último trimestre de 2021 com sua dívida bruta consolidada em R\$ 5.566,4 milhões, 6% superior à posição de dívida bruta do mesmo período de 2020 (R\$ 5.258,9 milhões), especialmente em função (i) da captação do empréstimo offshore de R\$ 800,0 milhões em março; (ii) do vencimento das 4ª, 5ª e 6ª emissões de notas promissórias; (iii) da conclusão da aquisição dos Complexos Mandacaru e Salinas, em maio, com assunção da dívida do projeto com saldo atual de R\$ 309,7 milhões; (iv) do pré-pagamento da 7ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 767 milhões, em novembro; e (v) da captação da 1ª debênture de Tucano Holding II, de R\$ 300,0 milhões, desembolsada no último trimestre, além dos juros e atualizações monetárias incorridos entre os períodos.

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa consolidado da AES Brasil Energia somava R\$ 1.712,3 milhões. A AES Brasil Operações, finalizou o 4T21 com um caixa de R\$ 1.651,1, 18,6% inferior ao caixa do ano anterior, de R\$ 2.027,8 milhões.

Desta forma, a dívida líquida consolidada da AES Brasil Energia ao final do 4T21 foi de R\$ 4.504,2 milhões e da AES Brasil Operações, de R\$ 3.915,4 milhões, montante este superior em 21,2% à posição registrada no mesmo período do ano anterior (R\$ 3.231,1 milhões).

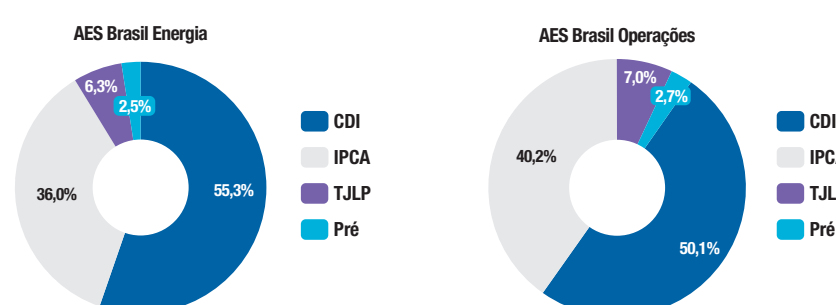
Os gráficos a seguir apresentam a composição dos indexadores do endividamento da Companhia e de sua Controlada no período, bem como o cronograma de amortização, ambos de forma consolidada:

Cronograma de amortização da dívida³ (R\$ milhões)



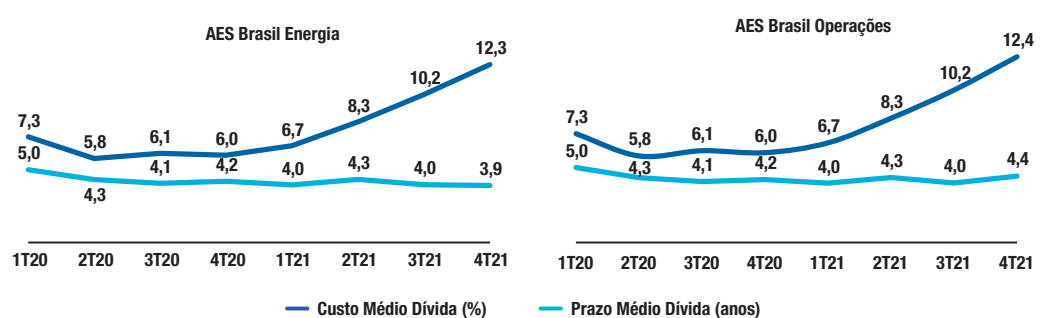
³ Fluxo composto por amortização de principal.

Dívida Bruta por Indexador⁴



⁴ Valores relativos ao principal. Não considera arrendamento financeiro.

Custo⁵ (%) e Prazo Médio (anos)



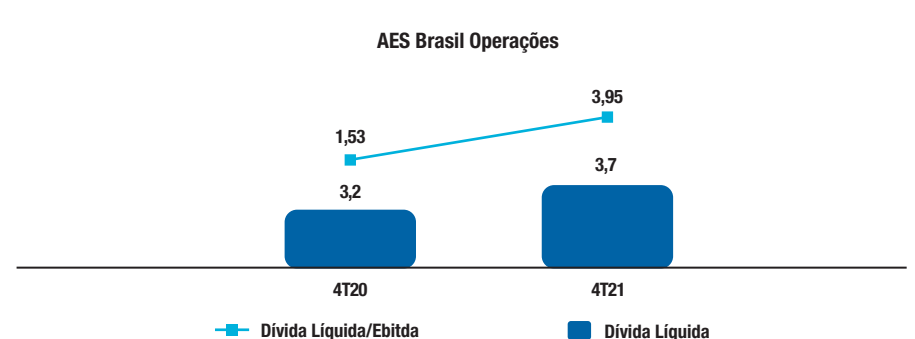
O aumento do custo médio das dívidas reflete, principalmente, o maior IPCA (2021: 10,06% vs. 2020: 3,30%) e CDI (2021: 9,15% vs. 2020: 3,65%) observados no período.

⁵ Custo médio da dívida calculado com CDI de fechamento e IPCA acumulado (últimos 12 meses) na data de fechamento do trimestre. Tanto custo quanto prazo referem-se ao principal da dívida.

Covenants - AES Brasil Operações

Após renegociação com os credores da 5ª e 6ª emissões de debêntures em setembro de 2021, e com o pré-pagamento da 7ª emissão de debêntures no último trimestre, o limite mais restritivo estabelecido pelas dívidas da AES Operações, que era de 3,85x, passou a ser de 4,50x para a razão entre a Dívida Líquida e o Ebitda Ajustado. Adicionalmente, o índice de cobertura de juros, o qual não poderia ser inferior a 1,50x, passou a ser 1,25x. O índice de alavancagem (Dívida Líquida/Ebitda Ajustado) encerrou o último trimestre de 2021 em 3,95x. Já o índice de cobertura de juros (Ebitda Ajustado/Despesas Financeiras) fechou o 4T21 em 3,21x.

Dívida Líquida (R\$ bilhões) e Alavancagem (vezes)



Investimentos

Investimentos (R\$ milhões)	2020	2021	Var.
Modernização e Manutenção	80,3	118,0	47,0%
Expansão	169,9	865,4	409,5%
Geração Distribuída	40,1	6,0	-85,1%
Complexo Tucano	129,8	328,7	153,2%
Complexo Cajúina	-	530,7	-
Total Investimentos	250,2	983,4	293,1%
Juros e Mão de Obra Capitalizados	2,2	0,8	-63,5%
Total Investimentos + Juros	252,4	984,2	290,0%

Os investimentos da AES Brasil totalizaram R\$ 983,4 milhões no ano, montante 293,1% superior ao investido em 2020 (R\$ 250,2 milhões), reflexo do crescimento da Companhia, com o desenvolvimento e construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajúina.

Plano de Investimento

A Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 3,8 bilhões no período de 2022 até 2026, destinados à expansão dos projetos já contratados e com plano de construção definido, com destaque para a construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajúina, e à modernização e manutenção de seus ativos em operação, conforme apresentado na tabela a seguir.

Investimentos - R\$ milhões ¹	2022E	2023E	2024E	2025E	2026E	Total
Modernização e Manutenção	135,1	92,5	86,8	96,7	61,6	472,8
Expansão	2.647,9	638,5	24,3	-	-	3.310,7
Complexo Eólico Tucano ²	615,0	-	-	-	-	615,0
Complexo Eólico Cajúina ³	2.032,9	638,5	24,3	-	-	2.695,7
Total Investimentos	2.783,0	731,0	111,2	96,7	61,6	3.783,5
Juros de Capitalização ⁴	4,5	6,7	6,1	7,4	4,6	29,2
Total Investimentos + Juros	2.787,4	737,6	117,3	104,1	66,3	3.812,7

¹ Valores reais em 23 de fevereiro de 2022

² Considera participação de 50% da AES Brasil na fase 1 (77,5 MW instalado) e 100% na fase 2 (167,4 MW instalado)

³ Considera capacidade instalada de 684,0 MW, de acordo com a participação da AES Brasil em cada projeto

⁴ Não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

DESEMPENHO ESG

Diretrizes e Compromissos

A AES Brasil acredita que seu modelo de negócios contribui diretamente de forma positiva para os principais desafios socioambientais da sociedade. Nesse sentido, a Companhia estabeleceu um conjunto de compromissos e metas para a gestão ESG - sigla em inglês que significa o gerenciamento de aspectos, riscos e oportunidades ambientais (Environmental), sociais (Social) e de governança corporativa (Governance).

Os Compromissos ESG 2030 tem como ponto de partida os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU). Conscientes do desafio compartilhado que essas metas representam para toda a sociedade, a Companhia reconhece o papel fundamental da energia renovável para a nova economia e a necessidade de desenvolver outros temas transversais ao negócio para contribuir de forma efetiva com a Agenda 2030.

Desde 2007, a Companhia integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, que avalia o desempenho das companhias listadas quanto às respectivas práticas de sustentabilidade. A Companhia é signatária do Pacto Global da ONU desde 2006, apoiando a promoção dos direitos humanos e práticas de trabalho relativas ao meio ambiente e ao combate à corrupção. A Companhia está na cobertura dos principais ratings ESG, como Sustainalytics e MSCI, sendo que neste último é a única Companhia na América Latina e de todos os setores a obter uma nota AAA, demonstrando o compromisso com a transparência e as melhores práticas ESG do mercado.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Por meio de uma operação 100% renovável e na forma como gerencia suas atividades, a Companhia contribui para uma economia de baixo carbono. As emissões de gases de efeito estufa são significativamente baixas, devido ao modelo de negócio da Companhia. O inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa é publicado na ferramenta do Programa Brasileiro GHG Protocol e o desempenho associado às Mudanças Climáticas está disponível no Carbon Disclosure Program (CDP). Pelo 5º ano consecutivo, a Companhia recebeu o Selo Ouro pelo seu inventário de Gases de Efeito Estufa, pela primeira publicação consolidando todas as unidades em operação, hidrelétricas, solares e eólicas. O inventário é verificado e auditado externamente, o que garante rastreabilidade e confiabilidade das informações.

Em 2020, a Companhia aderiu, ao lado de outras 155 empresas de todo o mundo, ao manifesto Uniting Business and Governments to Recover Better, em prol de uma melhor recuperação econômica e ambiental pós crise que considere ações pelo clima.

Em 2021, a Companhia neutralizou as emissões de Gases de Efeito Estufa de 2020 por meio da compra de créditos de carbono de projeto florestal junto à iniciativa Amigos do Clima. Além disso, assumiu o compromisso de positivar as emissões até 2030.

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

A conformidade ambiental das operações e a melhoria contínua são garantidos pelo Sistema de Gestão Ambiental, certificado pela ISO 14001 para 100% das unidades de operação e administrativas. O Sistema de Gestão Ambiental passa anualmente por auditoria interna e externa e está sob responsabilidade do COO da Companhia.

São executadas ações internas para redução do consumo de água e energia, além do monitoramento da qualidade da água nos reservatórios e de nascentes no entorno dos ativos.

A geração de energia hidrelétrica a partir dos reservatórios visa otimizar recursos seguindo estritamente as diretrizes estabelecidas pelos procedimentos de rede do ONS e resoluções ANEEL e ANA, respeitando os níveis de operação estabelecidos e prezando sempre pela segurança das barragens e pelo uso múltiplo das águas, considerando os usuários a montante e a jusante de nossas barragens.

BIODIVERSIDADE

Ciente dos impactos das nossas atividades na biodiversidade, a Companhia avalia a cada etapa de suas atividades, tais como construção, operação e manutenção, de modo a planejar e executar ações que mitiguem e minimizem tais impactos. A legislação ambiental é cumprida e são conduzidos diversos programas para além do atendimento às condicionantes, visando a recuperação de nascentes, monitoramento da qualidade das águas dos reservatórios das usinas hidrelétricas e preservação da fauna terrestre e aquática, garantindo proteção às espécies ameaçadas de extinção. Em 2021, o Comitê de Sustentabilidade da AES Brasil Energia S.A. aprovou a Política de Biodiversidade e Uso da Terra, que estabelece diretrizes para as atividades da Companhia com foco na conservação, proteção e preservação da biodiversidade, paisagens, espécies e ao uso da terra nas regiões de atuação.

Em 2021, foram investidos R\$ 14,4 milhões em projetos ambientais de preservação e conservação de fauna e flora. Alinhado à estratégia de sustentabilidade, a Companhia realiza o programa de combate ao desmatamento e reflorestamento, engajando, ainda, outras empresas em ações de proteção da Mata Atlântica e Cerrado. Ao todo, foram produzidas mais de um milhão de mudas de árvores e reflorestados 251,5 hectares de Mata Atlântica e Cerrado, superando a meta de 243,0 hectares ao ano. No escopo de conservação de fauna, existem projetos voltados à duas espécies ameaçadas de extinção, o lobo-guará e mutum-de-penacho - ambas espécies fazem parte da lista da IUCN, selecionadas em conjunto com o órgão ambiental para o monitoramento. As iniciativas e programas de biodiversidade podem ser consultadas no Relatório de Sustentabilidade 2021.

CAPITAL HUMANO E RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021
AES Brasil Energia S.A. e Controladas
 CNPJ 37.663.076/0001-07 - Companhia Aberta

www.aesbrasil.com.br

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Em relação ao **Investimento Social Privado**, a Companhia tem a ambição de promover transformações positivas na vida das pessoas e impulsionar a inovação social em três pilares: apoio ao desenvolvimento local, educação e conscientização e inclusão produtiva. Ao longo de 2021, foram investidos R\$ 1,05 milhão em projetos de desenvolvimento das comunidades vizinhas aos nossos empreendimentos em operação e em construção. Destacam-se os seguintes projetos: Geração+, Pulsar, Oficina de Lâmpoas em parceria com a ONG Litro de Luz, Rede de Formação e Parceiros no Esporte, Implantação de Bibliotecas para crianças e adolescentes em escolas públicas e Impulso Empreendedor.

O relacionamento e a comunicação nos empreendimentos em construção são componentes fundamentais. Ao longo do ano, durante a construção do Complexo Eólico Tucano (BA), foram realizadas comunicações aos proprietários de terras e comunidade sobre o empreendimento. Também foram realizados dois treinamentos com colaboradores terceiros para reforçar as condutas de respeito à comunidade e garantia dos direitos humanos, ações necessárias para impactar positivamente o território. Foram veiculadas campanhas de comunicação com o objetivo de disseminar informações às comunidades sobre o início e avanços das obras do complexo Tucano e prevenção à Covid-19. Com o início das obras do Complexo Eólico Cajuiña (RN), o relacionamento e a comunicação foram iniciados em dezembro de 2021, com o objetivo de informar a comunidade sobre o início e andamento da obra.

GOVERNANÇA

A fim de dar continuidade ao compromisso publicado em agosto de 2020, foi concluído, em março de 2021, o processo de reestruturação societária e migração da AES Brasil para o Novo Mercado da B3 - parte importante da estratégia de crescimento. O Novo Mercado é reconhecido por ser composto unicamente por empresas que atendam ao mais elevado padrão de governança corporativa, especialmente por permitir a listagem apenas de companhias com capital social composto exclusivamente por ações com direito a voto.

No âmbito do processo de migração, políticas internas estratégicas foram revisadas, aprovadas e divulgadas ao mercado, garantindo maior transparência. Dentre elas estão as políticas de Indicação e Remuneração de Administradores, Gerenciamento de Riscos, Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, além de revisar o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Código de Conduta.

O Conselho de Administração da AES Brasil possui 11 membros efetivos, dos quais 4 são caracterizados independentes. Adicionalmente, houve a instalação do Comitê de Auditoria Estatutário, 100% composto por membros independentes e cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração na avaliação de efetividade e aprimoramento dos controles internos e políticas, e na avaliação da qualidade dos relatórios financeiros e gerenciamento de riscos corporativos.

Com este processo, a Companhia reforça o comprometimento com a geração de valor para todos os públicos e o compromisso com a adoção das melhores práticas de governança corporativa, ética e compliance. O **Programa de Ética e Compliance** é um fator relevante para a confiança estabelecida nas relações com clientes, fornecedores, parceiros, investidores e os demais públicos com os quais a AES Brasil se relaciona. Estruturado de acordo com as legislações brasileira (Lei da Empresa Limpa - nº 12.846/2013) e norte-americana (Foreign Corrupt Practices Act - FCPA), esse conjunto de políticas e práticas assegura a adoção sistemática de medidas que garantam a conduta ética e em conformidade de nossas operações. Neste ano, foi divulgado Código de Conduta de Fornecedores, que reforça o compromisso com a ética e as melhores práticas ESG em nossa cadeia de suprimentos.

GESTÃO DE RISCOS

Para assegurar a capacidade da Companhia de gerar valor aos nossos públicos no longo prazo, a Diretoria Executiva tem o papel de implementar e acompanhar um modelo de gestão de riscos, que visa identificar aspectos potencialmente negativos e proteger os negócios por meio de planos de ação estruturados. Essa metodologia é baseada no Enterprise Risk Management Framework e segue as recomendações do Committee of Sponsoring Organizations (COSO). As diretrizes da Política de Gerenciamento de Riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração e elaboradas com base nas melhores práticas adotadas pelo mercado. Dentre os critérios considerados pela política estão os riscos socioambientais aplicáveis na avaliação de todos os riscos mapeados. Além disso, dentre as fichas de risco estão temas como hidrologia, meio ambiente, clima e impacto social, que são gerenciados por meio de fichas de riscos.

O cenário hidrológico, quando marcado pela falta de chuvas, afeta a geração hidrelétrica, o que demanda uma gestão ativa com inúmeras iniciativas para otimização desse recurso. O desempenho e gestão sobre Segurança Hídrica é reportado no Carbon Disclosure Program (CDP).

Com o objetivo de mitigar riscos nas operações e manter a excelência na gestão de ativos, o escopo da certificação ISO 55001 foi expandido e renovado por meio de auditoria externa em 2021, a qual não identificou não-conformidades. O processo de certificação foi expandido para todos os ativos de geração hídrica, solar e eólica, incluindo processos administrativos e de suporte. Este processo permitiu que a AES Brasil seja a primeira empresa de energia renovável no mundo a obter a certificação ISO 55001 para o escopo solar e eólico. Além disso, a Companhia também é pioneira na certificação de hidrelétricas, complexos eólicos e solares nas normas ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental e ISO 45001 - Sistema de Saúde e Segurança Ocupacional.

Estrutura Acionária

A AES Brasil realizou uma oferta pública de distribuição de ações com esforços restritos, liquidada em 01 de outubro, resultando no aumento de seu capital social em R\$ 1.116 milhões mediante a emissão de 93 milhões de novas ações ordinárias. O montante arrecadado neste processo será completamente destinado aos projetos de crescimento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da AES Brasil era de R\$ 2.116,0 milhões, representado por ações ordinárias, conforme detalhado a seguir:

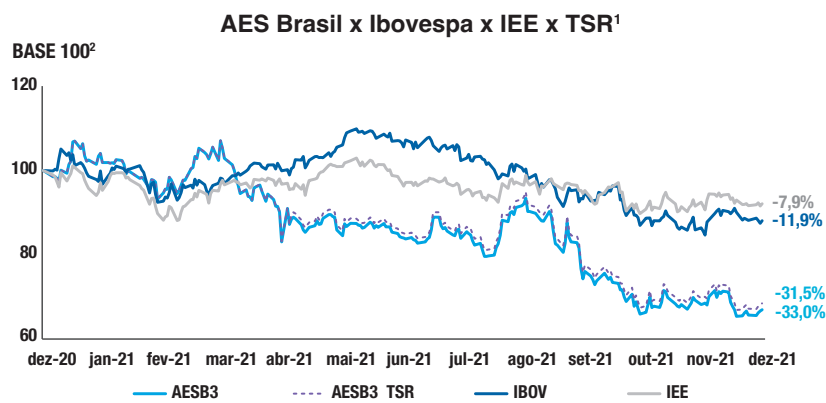
Estrutura Acionária	Total (Ações Ordinárias)	% Total
AES Corporation ¹	229.851.024	46,71%
BNDESPAR	39.554.586	8,04%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.165.523	6,13%
Outros	192.535.362	39,12%
Total	492.106.495	100,0%

¹ Participação indireta por meio da AES Holdings Brasil S.A. e AES Holdings Brasil II S.A..

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Companhia apresentaram uma desvalorização de 33,0% nos últimos doze meses encerrados em 31 de dezembro, encerrando o ano cotadas a R\$ 11,07/ação. Em relação à performance dos indicadores de mercado, o Ibovespa e o IEE apresentaram desvalorização de 11,9% e 7,9% ao longo do ano, respectivamente.

O gráfico abaixo demonstra o desempenho das ações da Companhia e dos principais índices nos últimos 12 meses. Vale ressaltar que, em decorrência da incorporação da AES Tietê pela AES Brasil Energia em 29 de março, as ações TIET3, TIET4 e TIET11 deixaram de ser negociadas e foram substituídas por ações AESB3.



Fonte: Bloomberg.
¹ Dados referentes à TIET11 até 26 de março de 2021 e à AESB3 a partir de 29 de março de 2021
² Total Shareholder Return – Retorno total ao acionista (considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período).
³ Base 100 em 30 de dezembro de 2020

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2021, a AES Brasil Energia utilizou os serviços de auditoria independente KPMG Auditores Independentes ("KPMG") e da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY").

Em 2021, os serviços prestados pela KPMG foram: (i) serviços de auditoria e emissão de relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (quando aplicável) das Contratantes para o exercício 2020 e 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); (ii) realizar a revisão e emitir relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários para os trimestres em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, dos anos de 2020 e 2021 para AES Tietê Energia S.A. e 2021 para a AES Brasil Energia S.A., com tradução livre para o inglês; (iii) auditoria e emissão de relatório sobre a aplicação de procedimentos previamente acordados sobre o Relatório de Controle Patrimonial - RCP, elaborado segundo a norma da resolução ANEEL 367/2009, devendo atender ao programa de trabalho definido no anexo 1 do Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria de Relatório de Controle Patrimonial - RCP, para a AES Tietê Energia S.A.; (iv) Emitir laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil apurado através dos livros contábeis, elaborado de acordo com a norma NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (ISAE 3000). O valor total dos serviços descritos nos itens (i) a (vi) totaliza R\$4.722.643,39 milhões. Para o item (vii) o montante corresponde a R\$168.833,82 mil. Os serviços (i) a (vi) foram contratados entre 23/12/2020 e 01/12/2021 e possuem prazo de contratação de 30 meses. Os serviços descritos no item (vii) foram contratados em 11/05/2021 e vigorará até 25 de julho de 2022.

Em 2021, os serviços prestados pela EY foram: (i) auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América, no valor total de R\$1.408.525,00 milhões e (ii) realização de procedimentos previamente acordados a fim de atender às disposições dos Despachos nº 512 de 10 de fevereiro de 2011 e nº 1.976 de 24 de julho de 2013, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira, da Aneel, referente ao Manual dos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, no valor de R\$231.000,00. O valor total dos serviços prestados pela EY é de R\$1.639.525,00. Os serviços acima descritos no item (i) foram contratados em 30/07/2021 e possuem prazo de contratação de 18 meses. Já os descritos no item (ii) possuem prazo de contratação de 36 meses, contados a partir de 01/06/2016.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG e EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores independentes, a AES Brasil observa sua Política de Contratação dos Auditores Independentes, que se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

São Paulo, 03 de março de 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS									
31 de dezembro de 2021 e 2020									
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)									
Notas	Controladora			Consolidado	Notas	Controladora			Consolidado
	2021	2020	2021	2021		2020	2021		
ATIVO CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	5	61.258	1	657.043	16	2.904	-	361.332	
Investimentos de curto prazo	5	-	-	1.055.269	18	650.116	-	936.382	
Contas a receber de clientes	6	-	-	364.560	17	-	-	48.608	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	3	-	73.052	17	242	-	40.950	
Outros tributos a recuperar	7	-	-	1.403	21	157	-	1.227	
Instrumentos financeiros derivativos	34.1	-	-	3.547	21	-	-	22.249	
Cauções e depósitos vinculados	9	-	-	60.293	22	-	-	13.454	
Conta de ressarcimento	10	-	-	21.072	22	-	-	14.426	
Outros ativos	11	2.088	-	103.639	23	4.395	-	112.261	
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		63.349	1	2.339.878	24	2.032	-	218.758	
						659.846	-	1.813.566	
ATIVO NÃO CIRCULANTE									
Tributos diferidos	8	-	-	112.360	18	-	-	5.280.139	
Cauções e depósitos vinculados	9	-	-	187.546	19	-	-	102.178	
Conta de ressarcimento	10	-	-	11.697	8	-	-	8.632	
Outros ativos	11	1.056	-	26.349	20	-	-	133.836	
Investimentos em controladas e joint ventures	13	3.818.516	-	87.491	21	-	-	67.148	
Imobilizado, líquido	14	-	-	7.343.248	22	-	-	6.086	
Intangível, líquido	15	-	-	1.737.481	34.1	-	-	35.930	
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.819.572	-	9.506.172	23	-	-	165.943	
					10	-	-	69.388	
					24	-	-	128.968	
TOTAL DO ATIVO		3.882.921	1	11.846.050				5.998.248	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
31 de dezembro de 2021 e 2020											
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)											
Descrição	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionista não controlador	Total do patrimônio líquido Consolidado
				Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal					
Saldos em 31 de dezembro de 2019											
Integralização do capital social		1	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	374.284	374.284	50.280	-	424.564
Resultado abrangente total:											
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada		-	-	-	-	-	3.534	3.534	-	-	3.534
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA		-	-	-	-	-	(891)	(891)	-	-	(891)
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada		-	-	-	-	-	5.359	5.359	-	-	5.359
Transações com os acionistas:											
Remuneração com base em ações		-	472	-	-	-	-	472	-	-	472
Distribuição de dividendos	25.1 e 26.1	-	-	(67.992)	-	-	(24.154)	(92.146)	(419)	-	(92.565)
Dividendos e juros sobre o capital próprio não resgatados		-	-	-	-	-	78	78	-	-	78
Custo na emissão de ações		-	(18.230)	-	-	-	-	(18.230)	-	-	(18.230)
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-	(56.203)	-	(56.203)
Aumento de capital	25	1.116.000	-	-	-	-	-	1.116.000	817.503	-	1.933.503
Efeitos da reorganização societária											
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	2	1.000.000	377.602	615.211	-	-	(119.824)	1.872.989	-	-	1.872.989
Perda em transação de capital sobre a compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	25.1	-	(38.375)	-	-	-	-	(38.375)	-	-	(38.375)
Mutações internas do Patrimônio Líquido:											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	26	-	-	-	-	-	(41.741)	41.741	-	-	-
Constituição de reserva legal	26	-	-	-	-	20.801	-	(20.801)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	26	-	-	-	74.671	-	-	(74.671)	-	-	-
Constituição de reserva de investimentos	26	-	-	296.477	-	-	-	(296.477)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.116.001	321.469	843.696	74.671	20.801	(153.563)	3.223.075	811.161	1	4.034.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)			
Notas	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
		(não auditado)	
Receita operacional líquida	28	-	1.955.011
Custo de produção e operação de energia	29	-	(1.666.749)
LUCRO BRUTO			288.262
Gerais e administrativas	30	(2.965)	(140.481)
Outras receitas (despesas) operacionais	31	(218)	37.924
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			(102.557)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS			185.705
Receitas financeiras	32	5.005	78.584
Despesas financeiras	32	(271)	(427.726)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO			(427.726)
Resultado de equivalência patrimonial			(489)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO			(163.826)
Imposto de renda e contribuição social correntes			(30.011)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			618.401
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8	(520)	588.390
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			424.564
Atribuído a acionistas da empresa controladora			374.284
Atribuído a acionistas não controladores			50.280
Lucro por ação (em reais)			
Básico e diluído	27	1,14383	1,14383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
31 de dezembro de 2021 e 2020			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
Notas	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
		(não auditado)	
Resultado do exercício			374.284
Outros resultados abrangentes			-
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro			
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada		3.534	-
Remensuração da obrigação de benefício definido		-	5.354
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação de benefício		-	(1.820)
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA		(891)	-
Remensuração da obrigação com PIA		-	(1.350)
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração da obrigação com PIA		-	459
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro			
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada		5.359	-
Hedge de fluxo de caixa		-	8.692
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(3.333)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS		382.286	-
Atribuído a acionistas da empresa controladora			382.286
Atribuído a acionistas não controladores			50.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021
AES Brasil Energia S.A. e Controladas
 CNPJ 37.663.076/0001-07 - Companhia Aberta

www.aesbrasil.com.br

continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício		374.284	-	424.564
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização		-	-	371.329
Varição monetária e cambial		395	-	(67.056)
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	21	-	-	648
Marcação a mercado de derivativos		-	-	(21.126)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados		-	-	331.845
Juros sobre passivo de arrendamento	19	-	-	7.045
Provisão (reversão) para obrigações com entidade de previdência privada		-	-	7.876
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		-	-	(27.520)
Baixa de bens do ativo		-	-	6.858
Reversão Earn-out Complexo Alto Sertão	31	-	-	(29.242)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(373.253)	-	489
Ganhos na venda de imobilizado	31	-	-	(5.560)
GSF - recuperação de custo		-	-	(35.899)
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	(618.401)
Ações e opções de ações outorgadas		(17.758)	-	(17.286)
Varição de ativos e passivos operacionais		1.797		295.823
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados		264	-	(143.411)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	19	-	-	(7.746)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(28.160)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada		-	-	(4.075)
Pagamento de processos judiciais e outros		-	-	67
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		-	-	20.908
Regastes (aplicações) em investimentos de curto prazo		-	-	(206.767)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais		(14.271)		255.203
Atividades de investimentos:				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	13	(600.000)	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	14	-	-	(903.715)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	13	(1.081.000)	-	(27.200)
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas		(12.137)	-	(920.273)
Liquidação de instrumento derivativo - NDF		-	-	(11.725)
Aumento (redução) de capital nas subsidiárias		-	-	(56.203)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	(13.913)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		-	-	3.614
Venda de controlada		-	-	97.203
Dividendos recebidos		95.147	-	-
Caixa advindo de incorporação de controlada		-	-	790.994
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(1.597.990)		(1.041.218)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	18	650.000	-	950.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	18	-	-	(1.352.011)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(92.334)	-	(130.789)
Aumento de capital		1.116.000	-	1.933.503
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	19	-	-	(859)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	18	(148)	-	(23.907)
Resgates (aplicações) de cauções e depósitos vinculados de garantias de financiamento		-	-	67.120
Integralização do capital social		-	1	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		1.673.518	1	1.443.057
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		61.257	1	657.042
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1	-	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		61.258	1	657.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A. ("Companhia" ou "controladora"), anteriormente denominada AMETHYSTUS A007.20 PARTICIPAÇÕES S.A., é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em 20 de março de 2020 pelos acionistas Sigma Holdings Participações Ltda. e Kappa Holdings Participações Ltda., que em 14 de outubro de 2020, cederam e transferiram todas as ações da Companhia para a AES Tietê Energia S.A. ("AES Tietê"), por quem foi controlada diretamente até 29 de março de 2021.

Em 29 de março de 2021, a Companhia se tornou controladora direta da AES Tietê por meio de incorporação reversa de ações, conforme detalhado na nota explicativa nº 2. A partir dessa data, a Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

Em 30 de novembro de 2021 foi concluído o processo de incorporação da AES Tietê e consequente sucessão em todos os direitos e obrigações para AES Brasil Operações S.A. ("controlada direta AES Operações", "controlada direta", "controlada" ou "AES Operações") conforme detalhado na nota explicativa nº 2.

Dados da controlada direta (incorporadora da AES Tietê)

O início das operações da AES Tietê ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo - CESP, e consequente privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê (AES Tietê Energia S.A.) por meio do Edital de Privatização nº SF002/99. A controlada direta AES Tietê está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em 20 de dezembro de 1999 foi assinado o contrato de concessão com prazo de duração de 30 anos vencendo em 2029. Já as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Em consonância com a Resolução Homologatória nº 2.919, de 03 de agosto de 2021, houve o incremento na extensão no prazo de concessão das UHE e PCH para 2032 e 2036 respectivamente, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.1. Em 30 de setembro de 2021 as concessões da Usinas Hidrelétricas regidas pelo Contrato de Concessão nº 92/1999 foram transferidas à AES Operações, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.

Adicionalmente, a controlada possui as seguintes unidades produtoras de energia eólica e solar: Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus, Complexo Eólico Salinas e Mandacaru, Complexo Eólico Tucano, Complexo Solar Guaimbé e Complexo Solar Ouroeste, composto pela Planta Solar Boa Hora e Planta Solar Água Vermelha.

Os parques geradores em operação da controlada possuem uma capacidade instalada total de 5.503,8 MWm e garantia física de 1.776,0 MWm, compostos pelas fontes hidroelétrica, eólica e solar.

1.1. Geração hidroelétrica

Parque Gerador	Ano de conclusão	Prazo de concessão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Usinas Hidrelétricas (UHE)					
Água Vermelha	1978	2032	6	1.396,2	731,0
Nova Avanhandava	1982	2032	3	347,4	132,1
Promissão	1975	2032	3	264,0	98,8
Bariri	1969	2032	3	143,1	62,7
Barra Bonita	1963	2032	4	140,8	47,8
Ibitinga	1969	2032	3	131,5	70,3
Euclides da Cunha	1960	2032	4	108,9	49,2
Caconde	1966	2032	2	80,4	33,2
Limoeiro	1958	2032	2	32,0	14,8
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)					
Mogi-Guaçu	1994	2032	2	7,2	4,0
São José	2012	2036	2	4,0	1,6
São Joaquim	2011	2036	1	3,0	1,3
Total			35	2.658,5	1.246,8

Comercialização de energia hidroelétrica

A AES Operações utiliza-se de estratégia de comercialização de energia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação de exposição ao risco hidrológico.

A estratégia é de gerir o portfólio de suas unidades produtoras de energia hídrica, com monitoramento constante das exposições mensais, buscando oportunidades comerciais tanto para mitigar riscos de exposições ao mercado de curto prazo como para geração de valor. Adicionalmente, o Grupo AES Brasil persiste em buscar uma composição de contratação para a melhor gestão do risco hidrológico e melhores preços de contratos no ambiente livre.

Ao longo de 2020 foi estruturada a mesa de comercialização de energia, que possui um time dedicado ao relacionamento com outros geradores e comercializadoras de energia, monitorando diariamente as condições de mercado, buscando ativamente executar operações de compra e venda de energia capazes de reduzir risco do portfólio e/ou agregar margem.

Alocação da garantia física

A alocação da garantia física é parte da estratégia de sazonalização de energia, ou seja, o quanto da capacidade de geração hídrica, em MW médios, o AES Operações irá alocar a cada mês do ano vigente para atender seus contratos de venda de energia e se aproveitar de oportunidades de mercado. Ao definir qual será a curva de alocação de energia, ou sazonalização, a AES Operações avalia diversos cenários e fatores que podem impactar sua capacidade de geração futura, como a curva de despacho das usinas termelétricas, condições hidrológicas, demanda de energia, nível dos reservatórios entre outros fatores que possam influenciar na decisão.

1.2. Geração eólica

Geração eólica - Leilões

Parque Gerador Eólico	Contrato/Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Eólico Alto Sertão II									
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetité	12º LEN/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	12º LEN/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	12º LEN/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seráima	3º LER/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Subtotal							230	386,1	184,4
Eólico Ventus									
Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	41	68,5	22,8
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58,4	21,9
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	964/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	36	60,1	21,1
Subtotal							112	187,0	65,8
Eólico Salinas e Mandacaru (Nota 1.5)									
Embuaca	2º LER/2009	732/2010	18/08/10	17/08/45	35 anos	2014	13	27,3	11,1
Icará	2º LER/2009	601/2010	01/07/10	30/06/45	35 anos	2014	8	16,8	7,8
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/10	25/10/45	35 anos	2014	11	23,1	8,4
Bela Vista	2º LER/2009	741/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	13	27,3	11,8
Santo Antônio de Pádua	12º LEN/2011	419/2012	12/07/12	11/07/47	35 anos	2014	7	14,0	11,1
São Cristóvão	12º LEN/2011	411/2012	11/07/12	10/07/47	35 anos	2014	13	26,0	10,8
São Jorge	12º LEN/2011	412/2012	11/07/12	10/07/47	35 anos	2014	12	24,0	5,7
Subtotal							77	158,5	66,7
Total							419	731,6	316,9

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
			(não auditado)
1. RECEITAS			
Receita bruta de venda de energia	-	-	3.156.889
Outras receitas operacionais	-	-	2.213.281
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	(6.731)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.099)		(2.259.040)
Material	-	-	(710.403)
Serviços de terceiros	(1.878)	-	(407.177)
Custo da energia comprada e transmissão	-	-	(1.155.599)
Outros custos operacionais	(221)	-	14.079
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.099)		897.849
4. RETENÇÕES			(376.533)
Depreciação e amortização	-	-	(376.533)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(2.099)		521.316
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	378.503		80.575
Equivalência patrimonial	373.253	-	(488)
Receitas financeiras	5.250	-	81.063
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	376.404		601.891
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	376.404		601.891
Pessoal	913		104.306
Remuneração e encargos	721	-	76.747
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	195	-	17.249
Previdência privada	(3)	-	3.828
FGTS	-	-	6.482
Tributos (Governos)	937		(352.140)
Federais	937		(436.991)
Imposto de Renda e Contribuição Social	519	-	(588.393)
COFINS	210	-	88.639
PIS	34	-	45.123
INSS	174	-	13.391
Encargos sociais - Outros	-	-	4.249
Estaduais			36.247
ICMS	-	-	36.125
Outros	-	-	122
Municipais			191
IPTU	-	-	184
ISS	-	-	7
Encargos setoriais			48.413
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	14.673
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	-	10.716
Compensação financeira			



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1.3 Geração solar

Table with 10 columns: Parque Gerador, Contrato/Leilão, Portaria MME/ANEEL, Publicação portaria, Vigência da autorização, Prazo de autorização, Ano de conclusão da planta, Unidades geradoras, Capacidade instalada MW, Garantia física MWh. Rows include Solar Guaiumbê (I-V), Solar Ouroeste (Boa Hora 1-3), Solar Água Vermelha (AGV IV-VI), and Total.

Em 31 de dezembro de 2021, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Table with 7 columns: Controladas, Contrato, Compradora, Energia anual contratada MWh, Preço Médio atualizado MWh, Inicial, Final, Índice de correção, Mês de reajuste. Rows include Solar Guaiumbê (I-V), Solar Ouroeste (Boa Hora 1-3), Solar Água Vermelha (AGV IV-VI), and Total.

1.4

Complexo Eólico Cajúna

Em 18 de março de 2020, foram assinados dois contratos de exclusividade, válidos até agosto e novembro de 2020, para aquisição estimada de até 1.337 MW de capacidade instalada de projetos eólicos greenfield localizados no Rio Grande do Norte, nas cidades de Lajes, Angicos, Pedro Avelino e Fernando Pedroza.

Em 1º de abril de 2021, a controlada Indreta Tucano Holding I, detentora dos projetos do Complexo, assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Indústria de Equipamentos Ltda. (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores.

Para as aquisições dos Complexos de Santa Tereza, São Ricardo, Serra Verde, Complexos Salinas e Mandacaru e Complexo Fotovoltaico AES Arinos, foi aplicado o teste opcional de concentração para verificar se o conjunto dos ativos adquiridos representam um negócio.

O valor justo das construções e benfeitorias foi determinado pelo método quantitativo de custos que utilizou os valores unitários das edificações. Foi utilizado a metodologia multi-period excess earnings para estimar o valor justo dos contratos de geração de energia (Power Purchase Agreement - PPA) que considera as seguintes premissas: período projetado de 24 a 26 anos, ressarcimento das receitas fixas dos contratos das usinas no ACR e taxas de desconto utilizando a metodologia WACC.

Para estas aquisições, a transação não atendeu a definição de um negócio após análises de concentração de ativos efetuadas pela AES Operações, ou seja, fora do alcance do CPC 15 - Combinação de Negócios, uma vez que os ativos adquiridos incluem apenas determinados "inputs" necessários para eventualmente operar o negócio e não incluem qualquer força de trabalho ou processos importantes para poder gerar resultados e foi classificada como aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos pelo custo alocado aos ativos pelo método relative fair value na data da aquisição, com base em laudo econômico-financeiro emitido por empresa de avaliação independente.

Cajúna Fase 1 (Aquisição Santa Tereza)

Em 25 de agosto de 2020, a AES Operações assinou o Share Purchase Agreement (SPA) para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajúna, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada estimada de 588 MW. Em 21 de maio de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela controlada Indreta Tucano Holding I. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 21 de maio de 2021, data da aquisição.

O investimento adquirido atualizado da Tucano Holding I foi de R\$122.227 sendo R\$3.665 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$118.562 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidada (vide nota explicativa nº 15).

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$122.227, parcialmente pago pela controlada Indreta Tucano Holding I aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor de R\$29.715. O saldo remanescente está apresentado na nota explicativa nº 23 de obrigações de aquisições, será pago em três parcelas anuais, com término em 31 de março de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC (taxa básica de juros do Brasil).

Cajúna Fase 2 (Aquisição São Ricardo)

Em 29 de julho de 2021, a controlada Indreta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPE's com capacidade instalada estimada de 632,4 MW, localizadas em Maracanaú no Ceará, que compõem a segunda fase projeto Cajúna, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 124.202. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de julho de 2021, data da aquisição.

O investimento adquirido atualizado da Tucano Holding I é de R\$128.645 sendo R\$2.741 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$125.904 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 15).

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$128.645, parcialmente pago pela controlada Indreta Tucano Holding I aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor principal de R\$26.890. O saldo remanescente está registrado na nota 23 de obrigações de aquisições, e será pago em três parcelas anuais, com término em 30 de abril de 2024, reajustadas anualmente pela SELIC.

Cajúna fase 3 - Aquisição do Complexo Eólico Serra Verde

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPE's que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada estimada de 172,3 MWh pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte, consiste em 5 SPE's com 117,3 MWh em estágio avançado e 2 SPE's com 55MWh, que estão em estágio intermediário. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 19 de julho de 2021, data da aquisição. O investimento adquirido atualizado da Tucano Holding I é de R\$93.925 sendo R\$2.756 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$91.169 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 15).

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$93.925, parcialmente pago controlada Indreta Tucano Holding I aos vendedores na data de fechamento da transação, no valor principal de R\$31.278. O saldo remanescente, está registrado na nota 23 de obrigações de aquisições e será pago em duas parcelas anuais, com término em 31 de julho de 2023, reajustadas anualmente pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

1.5

Aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru

Em 23 de dezembro de 2020, a controlada direta AES Operações assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de sete sociedades de propósito específico que compõem os Complexos Salinas e Mandacaru. Em 30 de abril de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPE's foi transferida e o controle assumido pela AES Operações. As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 30 de abril de 2021, data da aquisição.

Os complexos eólicos estão localizados em dois locais na costa dos estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, regiões mais privilegiadas em recursos eólicos do País, passando a agregar 158,5 MW de capacidade instalada ao portfólio da AES Operações. Em operação desde 2013, o Projeto está 100% contratado no mercado regulado por um prazo de 20 anos, em contratos de LER 2009 e LEN 2011, a preços entre R\$189,66/MWh e R\$308,47/MWh.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$589.102, pagos integralmente na data de fechamento da transação. A contabilização desta aquisição no montante de R\$589.102 como investimento adquirido pela AES Operações foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$226.517 relacionado ao acervo líquido adquirido, (ii) R\$181.437 relacionado à mais valia de ativo imobilizado e R\$181.148 relacionado aos direitos de contratos de leilão de energia de reserva. Nas demonstrações contábeis consolidadas, a mais valia e o direitos de contratos de leilões, estão sendo apresentados como imobilizado e intangível, respectivamente (vide notas explicativas nº 14 e nº 15).

Table with 3 columns: Valor Contábil, Ajuste, Valor Justo

Main table with 3 columns: Valor Contábil, Ajuste, Valor Justo. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Cauções e depósitos vinculados, Contas a receber de clientes, Outros tributos a recuperar, Outros ativos, Imobilizado, líquido, Intangível, líquido, Valor justo dos ativos, Fornecedores, Encargos sociais e trabalhistas, Empréstimos e financiamentos, Tributos diferidos, Provisões para processos judiciais e outros, Valor justo dos passivos, Valor justo dos ativos líquidos, Saldo de caixa na aquisição da controlada, Contraprestação transferida, Caixa líquido por aquisição dos Complexos Salinas e Mandacaru.

1.6

Complexo Fotovoltaico AES Arinos

Em 31 de maio de 2021, a AES Operações firmou contrato de compra e venda (SPA) com a Sky Energy Arinos Projeto Solar SPE Ltda. ("Sky Arinos" ou "vendedora"), para a aquisição da totalidade de 100% das ações da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Sapphirus A008.19 Participações S.A. (NewCo), detentora dos direitos de 8 projetos fotovoltaicos que agregam 378 MW em estágio Ready to Build ao portfólio de desenvolvimento da AES Operações. Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia, a AES Operações e Sky Arinos assinaram o Termo de Encerramento e Alteração do SPA transferindo todos os direitos e obrigações da AES Operações sob o SPA para a Companhia, alterando a razão social da NewCo para AES Arinos Solar Holding S.A. (AES Arinos). As demonstrações contábeis consolidadas foram impactadas a partir de 28 de dezembro de 2021, data da aquisição.

O investimento adquirido da AES Arinos é de R\$16.137 relacionado a intangível de direitos contratuais, apresentados como intangível nas demonstrações contábeis consolidadas (vide nota explicativa nº 15).

A contraprestação transferida em troca do controle da adquirida foi de R\$16.137, sendo pago R\$1.485 como adiantamento previsto no SPA, R\$288 referentes a custos de transação, antes do fechamento da transação e R\$ 9.969 pagos na data de fechamento. No entanto, devido ao não cumprimento de certas condições precedentes por parte da vendedora, foi retido o valor de R\$4.395 a ser pago após o cumprimento das referidas condições acordadas no Termo de Fechamento. O saldo remanescente está apresentado na nota 23 de obrigações de aquisições com atualização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e está previsto para ser liquidado no primeiro trimestre de 2022.

1.7

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previu a obrigação da AES Operações de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% no período de 8 anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previu que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no estado de São Paulo ou por meio da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a AES Operações, logo após seu leilão de privatização, enviou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15%, que representaram 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, que tornaram o cumprimento da obrigação de expansão, acima referida, na opinião da Administração, inviável. Desde então, a AES Operações vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de reaver a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

A obrigação foi objeto de judicialização por parte do Estado de São Paulo em 2011, visando compelir a AES Operações a cumprir com a obrigação conforme previa o Edital, sem levar em consideração as profundas mudanças experimentadas pelo setor elétrico brasileiro desde então.

Em 1º de outubro de 2018, a AES Operações assinou acordo com o Estado de São Paulo, por meio do qual ambos concordaram em suspender o processo judicial por até 6 anos, a partir da homologação judicial do acordo que ocorreu em 22 de janeiro de 2019, com a finalidade da AES Operações cumprir o saldo remanescente de 81 MW, sem a imposição de qualquer penalidade, para que seja cumprido a totalidade da obrigação de expansão de 398 MW, o que poderá ser feito pela construção de novos projetos de geração ou, ainda, por meio de: (i) leilões regulados de energia elétrica em geração centralizada; (ii) aquisição de projetos de geração de energia; ou (iii) da implantação de empreendimentos de geração centralizada ou distribuída para comercialização de energia elétrica no mercado livre. Uma vez cumprido o total da expansão, a AES Operações estará dispensada do pagamento de qualquer penalidade por atraso.

2. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

2.1

AES Brasil Energia - Incorporação de ações

Em 23 de novembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral o pedido de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de listagem no segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3"), além da reforma do estatuto social para adequação às normas da BVM e da B3. Em 29 de março de 2021, com o registro na CVM e a listagem da Companhia na B3 aprovada, foi concluída a primeira etapa da reestruturação societária do Grupo AES Brasil ("Reorganização").

A reorganização tem como objetivo facilitar a flexibilização da estratégia de crescimento do Grupo AES Brasil por meio da alocação de novos projetos e/ou aquisições em sociedades futuramente controladas pela Companhia, além de permitir maior alavancagem para financiamento. A primeira etapa da reorganização foi realizada por meio de incorporação das ações de emissão da AES Tietê por seu valor patrimonial pela AES Brasil, com emissão de 399.106.520 novas ações ordinárias da Companhia aos acionistas da AES Tietê, passando a Companhia, em consequência, a deter a totalidade das ações de emissão da AES Tietê e indiretamente de suas controladas. Cada ação de emissão da AES Tietê equivale a 0,2 ação de emissão da Companhia, ou seja, foram atribuídas para cada 5 ações de emissão da AES Tietê, independente de classe, sejam elas preferenciais e/ou ordinárias, 1 ação ordinária de emissão da Companhia. Da mesma forma, cada Unit de emissão da AES Tietê foi substituída por 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

Em 29 de janeiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, os termos e condições para que a reorganização fosse consumada, sujeito às condições suspensivas resumidas abaixo, cumpridas integralmente em 29 de março de 2021. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, considera-se que o processo de reorganização societária envolvendo a Companhia e a AES Tietê foi finalizado nesta última data. (i) anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em razão da mudança do controlador direto da Companhia, conforme previsto em seu Contrato de Concessão; (ii) obtenção do registro de companhia aberta, categoria "A", da AES Brasil perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM; (iii) aprovação da listagem das ações de emissão da AES Brasil no segmento especial de governança corporativa do Novo Mercado, junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. A Companhia obteve aprovação da ANEEL em 12 de fevereiro de 2021, conforme Despacho nº 384, anuindo, portanto, com o prazo de 120 dias para conclusão da implementação, contados a partir de 12 de fevereiro de 2021. A partir de 29 de março de 2021, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob ticker AESB3. Dessa forma, a AES Tietê deixou de ser negociada no Nível 2 da B3. Devido a primeira etapa da reorganização ter sido concluída em 29 de março de 2021, a Companhia considerou imaterial os valores das operações até 31 de março de 2021 (dois dias) provenientes de sua atual controlada AES Tietê para fins de equivalência patrimonial na Controladora e para fins de inclusão no resultado no Consolidado. Portanto, passou a aplicar o método de equivalência patrimonial a partir de 01 de abril de 2021.

Após a reorganização, a composição acionária da Companhia reflete os percentuais anteriormente detidos pelos acionistas da AES Tietê, sem diluição e, representada da seguinte forma:

Table with 4 columns: 2021, 2020, Ordinárias, Ordinárias. Sub-columns: Quantidade, %.

Acionistas

Table with 5 columns: Acionista, Quantidade 2021, % 2021, Quantidade 2020, % 2020. Rows include AES Holdings Brasil S.A., AES Holdings Brasil II S.A., AES Tietê Energia S.A., BNDESPAR, Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Outros, Ações ordinárias em circulação, Ações em tesouraria, Total das ações.

De acordo com o determinado no protocolo de justificação celebrado entre a AES Tietê Energia e a Companhia, a incorporação das ações da AES Tietê acarretou os seguintes eventos (i) R\$1.000.000 destinado à conta de capital social e (ii) R\$377.602 destinado à conta de reserva de capital. O protocolo também determina que as variações patrimoniais apuradas a partir de 30 de setembro de 2020, Data-Base da incorporação, até a data da conclusão da incorporação, sejam contabilizadas por meio de equivalência patrimonial. Dessa forma, os montantes determinados no protocolo, somados às variações patrimoniais do período, geraram os seguintes efeitos no patrimônio líquido da Companhia:

Table with 6 columns: Capital social subscrito e integralizado, Reserva de capital, Reservas de lucros, Outros resultados abrangentes, Lucros acumulados, Total do patrimônio líquido.

PL AES Brasil Energia em 31/03/2021 antes da incorporação de ações

Table with 6 columns: Valor, Reserva de capital, Reservas de lucros, Outros resultados abrangentes, Lucros acumulados, Total do patrimônio líquido. Rows include Efeitos da incorporação de ações da AES Tietê, Remuneração com base em ações, Plano de previdência privada - perda atuarial, Programa de incentivos a aposentadoria (PIA), Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos, Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos, Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada, Dividendos intermediários, Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, Lucro líquido do período findo em 31 de março de 2021, Alocação do patrimônio líquido incorporado, PL AES Brasil Energia em 31/03/2021 após incorporação de ações.

Os ativos e passivos da AES Tietê Energia, considerados na reorganização, em 31 de março de 2021, é conforme segue:

Table with 2 columns: AES Tietê Energia, 31.03.2021

ATIVO CIRCULANTE

Table with 2 columns: Valor, AES Tietê Energia, 31.03.2021. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Investimentos de curto prazo, Contas a receber de clientes, Imposto de renda e contribuição social a recuperar, Outros tributos a recuperar, Cauções e depósitos vinculados, Outros ativos, Ativos disponíveis para venda, TOTAL ATIVO CIRCULANTE, ATIVO NÃO CIRCULANTE, Tributos diferidos, Cauções e depósitos vinculados, Outros ativos, Investimentos em controladas e joint ventures, Imobilizado, líquido, Intangível, líquido, TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE, TOTAL DO ATIVO.

PASSIVO CIRCULANTE

Table with 2 columns: Valor, AES Tietê Energia, 31.03.2021. Rows include Fornecedores, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Imposto de renda e contribuição social a pagar, Outros tributos a pagar, Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, Provisões para processos judiciais e outros, Encargos setoriais, Obrigações de aquisições, Outras obrigações, Passivos disponíveis para venda, TOTAL PASSIVO CIRCULANTE, PASSIVO NÃO CIRCULANTE, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Passivo de arrendamento, Tributos diferidos, Obrigações com benefícios pós-emprego, Provisões para processos judiciais e outros, Encargos setoriais, Obrigações de aquisições e outras obrigações, TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, Capital social subscrito e integralizado, Reserva de capital, Reservas de lucros, Lucros a destinar na AGO, Outros resultados abrangentes, Lucros acumulados, TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

Em função da incorporação de ações ter sido finalizada em 29 de março de 2021, o efeito no fluxo de caixa consolidado da Companhia foi considerado em uma única linha, como "Caixa líquido de incorporação de controlada", no caixa líquido gerado nas atividades de investimentos. A Companhia não utilizou o método predecessor. Dessa forma, somente considera as informações da AES Tietê a partir da data da obtenção do controle.

2.2

Aquisição da AES Operações e Incorporação AES Tietê

Em 12 de maio de 2021, em continuidade à proposta de reorganização societária a AES Tietê adquiriu a Cemig II CV, então controlada pela The AES Corporation ("AES Corp"), a AES Operações (anteriormente denominada Southern Electric Brasil Participações Ltda.).

A contraprestação transferida da aquisição sob controle comum foi de R\$40.500, paga na data de fechamento da transação. A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida como uma transação de capital da seguinte forma: (i) R\$2.125 como investimento adquirido pela AES Tietê Energia, relacionado ao acervo líquido adquirido e (ii) R\$38.375 como reserva de capital, a mesma foi efetuada com base no valor contábil e a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga foi alocada para o patrimônio líquido.

Em 13 de maio de 2021, ainda como parte do processo de reorganização, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da AES Tietê pela AES Operações, condicionando à operação ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, assim estabelecidas no Protocolo e Justificação de Incorporação firmado em 12 de maio de 2021.

Em 23 de julho de 2021, a B3 deferiu, nos termos do seu Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, o pedido de listagem da AES Operações e admissão à negociação das ações ordinárias da Companhia no segmento básico da B3. Esse deferimento estava condicionado (i) à obtenção do registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), concluído em 17 de agosto de 2021, como Companhia de capital aberto, na categoria "A"; e (ii) a divulgação de Comunicado ao Mercado sobre a conclusão da Reorganização Societária.

Em 30 de novembro de 2021, após o cumprimento de todas as condições suspensivas previstas no protocolo e justificação de incorporação, foi concluído o processo de incorporação da AES Tietê e consequente sucessão em todos os direitos e obrigações para AES Operações.

A AES Brasil recebeu igual quantidade de ações de emissão da AES Operações as que detinha na AES Tietê com esta reorganização. Esta incorporação foi mais um passo de uma reestruturação de longo prazo, cujo intuito foi otimizar a estrutura societária e de capital, de modo que o Grupo AES Brasil e suas controladas consolidem os seus investimentos em fontes renováveis, suportando assim sua estratégia de crescimento e diversificação de portfólio.

continua





continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				2021	2020
AES Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%	
AES Tucano Holding II S.A. ("Tucano Holding II")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	100%	
Tucano F1 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F1")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	
Tucano F2 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F2")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	
Tucano F3 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F3")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	
Tucano F4 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F4")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	
Tucano F5 Geração de Energias Ltda. ("Tucano F5")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	100%	
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. ("Ventus Holding")	Holding	Complexo Ventus	Curitiba, Paraná	100%	
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Brasventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%	
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. ("Miassaba")	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	100%	
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. ("Rei dos Ventos")	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhos, RN	100%	
MS Participações Societárias S.A. ("MS")	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Bela Vista")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Embuaca")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Icarai")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Amontada, CE	100%	
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Mar e Terra")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Areia Branca, RN	100%	
Santos Energia Participações S.A. ("Santos")	Holding	Complexo Cúbico	São Paulo, SP	100%	
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A. ("Santo Antônio de Pádua")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	
Central Eólica São Cristóvão S.A. ("São Cristóvão")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	
Central Eólica São Jorge S.A. ("São Jorge")	Geração eólica	Complexo Cúbico	Trairi, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 01")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 02")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 03")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 04")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 05")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 06")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 07")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 08")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 09")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 10")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 11")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 12")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 13")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A. ("Santa Tereza 14")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna I	Maracanaú, CE	100%	
Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 01")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Fernando Pedroza, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 02 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 02")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Fernando Pedroza, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 03")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Fernando Pedroza, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 04")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 05 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 05")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 06")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 07 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 07")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 08 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 08")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 09 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 09")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 10")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 11")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 12 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 12")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Ventos de São Ricardo 13 Energias Renováveis S.A. ("São Ricardo 13")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna II	Lajes, RN	100%	
Serra Verde I Energética S.A. ("Serra Verde I")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna III	Curitiba, PR	100%	
Serra Verde II Energética S.A. ("Serra Verde II")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna III	Curitiba, PR	100%	
Serra Verde III Energética S.A. ("Serra Verde III")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna III	Curitiba, PR	100%	
Serra Verde IV Energética S.A. ("Serra Verde IV")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna III	Curitiba, PR	100%	
Serra Verde V Energética S.A. ("Serra Verde V")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna III	Curitiba, PR	100%	
Serra Verde VI Energética S.A. ("Serra Verde VI")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna III	Curitiba, PR	100%	
Serra Verde VII Energética S.A. ("Serra Verde VII")	Geração eólica	Complexo Cajuiuna III	Curitiba, PR	100%	
Valeiros Holding S.A. ("Valeiros")	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	
Potengi Holdings S.A. ("Potengi")	Holding	Holding	São Paulo, SP	100%	
Empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) (i):					
Tucano Holdings III S.A. ("Tucano Holding III")	Holding	Complexo Tucano	São Paulo, SP	50%	
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F6")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F7")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. ("Tucano F8")	Geração eólica	Complexo Tucano	Salvador, BA	50%	

(i) Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses, são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo". Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Caixa e Equivalentes de caixa			
Número disponível	56	1	9.501
Operação compromissada	61.202	-	647.542
Subtotal	61.258	1	657.043
Investimentos de curto prazo			
CDB-DI	-	-	1.055.266
Conta livre	-	-	3
Subtotal	-	-	1.055.269
Total	61.258	1	1.712.312

Os investimentos de curto prazo em 31 de dezembro de 2021 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 98,32% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O critério utilizado pelas controladas para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento.

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são miligramas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, as controladas não constituíram PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Nota	Consolidado		Total
	Saldo vencidos	Saldo vencidos (i)	
		Acima de 360 dias	
CIRCULANTE			
Consumidores livres	301.522	-	301.522
Mercado de curto prazo	889	2.658	3.547
Contratos de energia eólicos	47.367	-	47.367
Contratos de energia solares	12.026	-	12.026
Serviços prestados	39	-	39
Partes relacionadas	33	-	39
Total	361.902	2.658	364.560

(i) É esperado que o saldo remanescente vencido acima de 360 dias, no montante de R\$2.658, seja regularizado ao longo do exercício de 2022. As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. As controladas não requerem garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 34.3, nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito, (ii) cálculo do rating e (iii) exigência de garantias. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGPM (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidirão juros de 1% ao mês.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto de renda e contribuição social devidos são devidamente apurados e compensados com as antecipações realizadas. A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		
Imposto de renda (i)	-	49.223
Contribuição social (i)	-	19.764
Imposto de renda retido na fonte	3	4.065
Total	3	73.052
Outros tributos a recuperar		
PIS e Cofins	-	1.064
Outros	-	339
Total	-	1.403
Total	3	74.455

(i) Até julho de 2021, o recolhimento de Imposto de Renda e Contribuição Social foi realizado por estimativa da AES Operações. A partir de agosto de 2021, não houve mais pagamentos, uma vez que a AES Operações se encontrava em posição de prejuízo fiscal, de modo que não havia necessidade de efetuar recolhimentos de IRPJ e CSLL pelo balancete de redução ou suspensão.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos, desde que sejam relacionados à mesma entidade jurídica e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente. Estes tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

8.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

Notas	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Resultado
	2021	2021
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:		
Tributos ativos:		
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	538.976	540.766
Provisão para participação nos lucros e resultados	4.875	3.322
Provisão para processos fiscais	7.085	220
Provisão para processos trabalhistas	1.005	213
Provisão de benefício a empregados	1.534	1.292
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	2.027	-
Provisão para processos cíveis	20.598	2.050
Créditos fiscais de ágio incorporados	8.3	78.849
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	11.475	1.760
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)	25.609	-
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	43.970	-
Ressarcimento de energia	6.104	1.698
Variação cambial não realizada	439	(3.324)
Outros	3.521	(225)
Tributos passivos:		
Ativo imobilizado - custo atribuído	(295.818)	21.503
Ativo intangível - uso do bem público	(7.521)	533
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(746)	(746)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(21.684)	47.877
Variação Cambial Ativa Não Realizada	(4.183)	(1.611)
Ativo intangível - GSF	(305.430)	21.556
Penalidade contratual fornecedores	(4.284)	(4.284)
Outros	(2.673)	(3.873)
Ativo fiscal diferido, líquido	103.728	618.401
Apresentação no balanço patrimonial		
Tributos diferidos do ativo não circulante	112.360	-
Tributos diferidos do passivo não circulante	(8.632)	-
Total	103.728	618.401

(i) O montante de R\$538.976 é composto por R\$532.611 referente ao reconhecimento de diferido ativo na AES Operações em 30 de setembro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa de reorganização societária nº 2, RS3.747 referente a atualização do cálculo de benefício considerando as projeções atualizadas da AES Operações e R\$2.618 referente a controlada indireta AES Integra.

Os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição a seguir:

Companhias	2021		
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)
AES Brasil Operações	737.120	(631.909)	105.211
AES Tietê Integra	2.843	-	2.843
Tucano H. I	-	(1.206)	(1.206)
Ametista	905	(79)	826
Araças	539	(80)	459
Borgo	88	(67)	21
Caetite	234	(106)	128
Da Prata	120	(62)	58
Dourados	806	(76)	730
Espigão	137	(37)	100
Maron	531	(80)	451
Morrão	293	(95)	198
Pelourinho	139	(62)	77
Pilões	655	(76)	579
Serafina	447	(90)	357
Serra do Espinhaço	103	(52)	51
Tanque	203	(86)	117
Ventos do Nordeste	22	(72)	(50)
AGV IV	28	(15)	13
AGV V	113	(30)	83
AGV VI	88	(30)	58
Boa Hora 1	-	(116)	(116)
Boa Hora 2	-	(125)	(125)
Boa Hora 3	-	(122)	(122)
Guaimbé I	1	(52)	(51)
Guaimbé II	-	(64)	(64)
Guaimbé III	-	(79)	(79)
Guaimbé IV	-	(87)	(87)
Guaimbé V	-	(100)	(100)
Guaimbé Holding	-	(2.267)	(2.267)
Brasventos Eolo	141	(1.428)	(1.287)
Rei dos Ventos 3	297	(1.558)	(1.261)
Brasventos Miassaba 3	214	(2.031)	(1.817)
Consolidado	746.067	(642.339)	103.728

8.2 Estimativa de recuperação de créditos
 Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	Créditos fiscais de ágio incorporados (*)	Total
2022			



☆ continuação

www.aesbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A controlada direta AES Operações e suas controladas agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre as debêntures, empréstimos e financiamentos ao custo do ativo imobilizado em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo imobilizado até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa mensal das debêntures aplicada sobre o ativo imobilizado em curso do mês; (c) os juros totais capitalizados não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo imobilizado aos quais foram incorporados. Os valores dos juros capitalizados às contas do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão apresentados nas notas explicativas nº 14 e 32.

A controlada direta AES Operações e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de sede administrativa e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de sede administrativa e terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 9 e 30 anos e depreciados a uma taxa média de 10,81% e 3,33%, respectivamente. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviços dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desatualização de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(b) **Movimentação do ativo imobilizado**
A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Consolidado			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia (nota 2)	Efeito da aquisição do Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru (nota 1.5)	Mais valia na aquisição de ativos do Complexo Eólico Salinas e Mandacaru
Terrenos	414.284	50	-
Reservatórios, barragens e adutoras	2.932.388	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	754.090	99.235	-
Máquinas e equipamentos	5.700.508	367.068	181.437
Veículos	9.686	241	-
Móveis e utensílios e outros	7.336	269	-
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	-
Imobilizado em curso	152.276	28.537	-
Direito de uso de sede administrativa	8.698	-	-
Direito de uso de terreno arrendado	79.574	17.565	-
Subtotal	10.060.939	512.965	181.437
Depreciação/Amortização	(4.064.735)	-	-
Total líquido	5.996.204	512.965	181.437

(c) **Dos bens vinculados à concessão e autorizações**
Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.
Em 31 de dezembro de 2021, os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

Consolidado	
2021	
Concessão	2.502.968
Autorizações	4.743.610
Imóveis destinados a uso futuro	2.099
Total	7.248.677

(d) **Contrato de concessão**
Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL - Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.
O prazo de vigência do referido contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado ao Poder Concedente em até 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.
O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária, tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.
Além disso, o contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à controlada direta AES Operações, de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.
Especificamente sobre o termo final do contrato, a subcláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento deste termo, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por fiscalização da ANEEL.
Em 23 de março de 2016, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 92/1999 que teve por objetivo transferir o Contrato de Concessão nº 92/1999-ANEEL para a AES Tietê Energia S.A. nos termos aprovados pela Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015. Em 03 de agosto de 2021, os prazos de concessão das UHEs e PCHs foram estendidos para 2032 e 2036, respectivamente, conforme aprovado pela Resolução Homologatória nº 2.919, detalhado na nota explicativa nº 15.1.
Em 30 de setembro de 2021 ocorreu a transferência da concessão objeto do Contrato de Concessão nº 92/1999, bem como das autorizações detidas pela AES Tietê em favor da AES Operações, dado o processo de incorporação reversa (nota explicativa nº 2).
É entendimento dessa Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, de que o valor residual dos bens reversíveis não amortizados (inclusive dos terrenos, que não são depreciados ao longo do período da concessão), sejam eles vinculados ao denominado "Projeto Básico", ou advindos de investimentos posteriores, serão substancialmente indenizados pelo Poder Concedente, em caso de finalização do Contrato de Concessão.

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Consolidado								
Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
						Em curso	Em serviço	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia (nota 2)	961.723	23.689	128.567	22.096	16.716	61.557	19.611	1.246.487
Adições (i)	-	-	414.358	118.562	-	-	20.844	6
Efeito da aquisição dos Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru (nota 1.5)	-	-	-	-	-	-	-	19.116
Venda de ativos de geração distribuída	-	-	46	-	-	-	18	(19)
Amortizações	(63.401)	(1.568)	(15.055)	(556)	(482)	1.966	-	(81.937)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(1.108)	1.108
Saldo em 31 de dezembro de 2021	898.322	22.121	527.916	140.102	16.234	63.523	39.365	1.737.481

(i) Inclui direitos contratuais dos Complexos Salinas e Mandacaru, no montante de R\$181.148, direitos contratuais de São Ricardo, no montante de R\$125.904, Direitos contratuais de Serra Verde, no montante de R\$91.169, Direitos contratuais de AES Arinos, no montante de R\$16.137 e direito de exploração de autorização Santa Tereza, no montante de R\$118.562, totalizando R\$532.920. Vide nota explicativa nº 1.

15.1 **Extensão da concessão**
Em 09 de dezembro de 2020, com base na análise da Resolução Normativa ANEEL Nº 895 publicada pela ANEEL em 03 de dezembro de 2020, que estabeleceu as regras e metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos do MRE e oficializou as condições para o cálculo do valor e do período da extensão de concessão, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação do acordo do GSF no valor mínimo de R\$636.300, assim como a desistência da ação judicial relativa ao GSF, cujo pedido foi protocolado em 23 de dezembro de 2020.

Considerando a eficácia das regras publicadas, a celebração do acordo e decisão supracitada, a Companhia protocolou petição de desistência da liminar relativa ao GSF e, então, se apresentou voluntariamente junto à CCEE para pagamento dos débitos oriundos do GSF, efetuando o pagamento espontâneo em janeiro de 2021 do débito líquido no MCP referente ao mês de novembro de 2020, no montante de R\$1.308.698, vide nota explicativa nº 16.

Em 02 de março de 2021, a CCEE apresentou oficialmente seus cálculos atualizados para o ressarcimento dos riscos não hidrológico. O cálculo apresentado demonstra um valor total para as usinas da Companhia de R\$982.856, um aumento de R\$35.899, em comparação com a estimativa realizada pela AES Operações em 31 de dezembro de 2020, que foi registrado como complemento do intangível em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica à rubrica de Custo de produção e operação de energia, linha mercado de curto prazo. O montante foi convertido pela ANEEL em extensão do prazo da outorga e a Companhia passou a ter um direito de extensão de concessão de 2,7 anos, ante 2,6 anos divulgados anteriormente, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da aceitação do acordo de ressarcimento.

Com a aprovação prévia obtida pelo Conselho de Administração, a Companhia solicitou a extensão do prazo em concordância com os valores apresentados na Resolução Homologatória nº 2.919/2021. Como preconizado pela Resolução Homologatória nº 2.919/2021, para cumprimento ao disposto no § 1º, do art. 7º, da REN nº 895/2020, foram preenchidos os formulários eletrônicos, que deram origem aos Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao direito de discutir a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE para cada usina da Companhia, conforme listadas a seguir:

Empreendimento	Central de Geração	Ato de Outorga	Potência Instalada (kW)	Extensão do Prazo (dias)	Nova vigência
Caconde (Graminha)	UHE.PH.SP.000588-6.01		80.400	883	21/05/2032
Nova Avanhandava	UHE.PH.SP.001552-0.01		347.400	890	28/05/2032
Barra Bonita	UHE.PH.SP.000208-9.01		140.760	893	31/05/2032
Eucledes da Cunha	UHE.PH.SP.000923-7.01		108.800	920	27/06/2032
Mogi Guaçu	PCH.PH.SP.001479-6.01	Contrato de Concessão nº 092/1999 de 20/12/1999	7.200	925	02/07/2032
Limozeiro	UHE.PH.SP.001328-5.01		32.000	942	21/07/2032
Bariri	UHE.PH.SP.000203-8.01		143.100	947	24/07/2032
Água Vermelha	UHE.PH.MG.000041-8.01		1.396.200	963	09/08/2032
Ibitinga	UHE.PH.SP.001097-9.01		131.490	965	11/08/2032
Promissão	UHE.PH.SP.002158-0.01		264.000	1.008	23/09/2032
São Joaquim	PCH.PH.SP.028826-8.01	Resolução Autorizativa nº 733 de 18/12/2002	3.000	1.267	08/06/2036
São Jose	PCH.PH.SP.028823-3.01		4.000	1.276	17/06/2036

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a AES Operações reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custos dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a Companhia constituiu um novo montante, no valor de R\$35.899, totalizando R\$982.856, o qual está sendo amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

a) **A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

Consolidado				
2021				
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (II)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
	414.599	-	414.599	
Terrenos	2.937.156	(2.183.142)	754.014	
Reservatórios, barragens e adutoras	900.984	(544.440)	356.544	
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.363.069	(1.613.035)	4.750.034	
Máquinas e equipamentos	10.661	(6.799)	3.862	
Veículos	7.605	(4.846)	2.759	
Móveis e utensílios e outros	10.060.939	(4.352.262)	6.281.812	
Imobilizado em serviço	2.099	-	2.099	
Imóveis destinados a uso futuro	964.766	-	964.766	
Imobilizado em curso (I)	11.600.939	(4.352.262)	7.248.677	
Bens vinculados às concessões e autorizações	10,8%	9.999	(2.889)	7.110
Direito de uso de sede administrativa	98.139	(10.678)	87.461	
Direito de uso de terreno arrendado	11.709.077	(4.365.829)	7.343.248	
Total Imobilizado				

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidrelétricas e construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuiña, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 31 de dezembro de 2021 representa um montante de R\$75.854.

15. **INTANGÍVEL**

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais, de concessão ou autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Consolidado			
2021			
Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Extensão de concessão (nota 15.1)	9,10%	982.856	(84.534)
Uso do bem público (UBP) (I)	3,7%	73.174	(51.053)
Direitos contratuais de solares e eólicos (II)	4,9%	561.743	(33.827)
Direito de exploração de autorização (III)	3,0%	142.983	(2.881)
Intangível gerado na combinação de negócios (IV)	3,4%	19.073	(2.839)
Direitos e projetos em desenvolvimento (V)	2,9%	63.523	-
Software e outros intangíveis	20,1%	125.083	(55.820)
Total		1.968.435	(230.954)

(i) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
(ii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Lelaio de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbé, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
(iii) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbé e Parque Eólico de Santa Tereza, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.
(iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
(v) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.

16. **FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	Notas	2021	2021	2021
CIRCULANTE				
Energia elétrica comprada para revenda		-	-	188.126
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST		-	-	14.830
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		-	-	4.748
Subtotal				207.704
Materiais e Serviços		1.419	1.419	125.540
Materiais e Serviços - partes relacionadas	33	1.485	1.485	28.178
Total		2.904	2.904	361.332

A controlada direta AES Operações e suas controladas possuem contratadas 34 cartas de fiança, no valor total de R\$ 15.432 e 57 seguros garantia, no valor de R\$ 387.038, totalizando uma importância segurada de R\$445.163, com custo de 0,22% a 1,95% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

17. **TRIBUTOS A PAGAR**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2021	2021	2021
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a pagar				
Imposto de renda		-	-	34.517
Contribuição social		-	-	14.091
Total				48.608
Outros tributos a pagar				
INSS		103	103	3.751
PIS e Cofins		6	6	20.068
ICMS		-	-	3.246
IRRF		-	-	6.222
CIDE		-	-	3.019
Outros		133	133	4.644
Total		242	242	40.950

As suas controladas indiretas Tietê Integra, Tietê Eólica, Guaimbé Holding, Nova Energia, Tucano Holding I, Tucano Holding II, Tucano Holding III, Ventus Holding, SPEs de Tucano, Complexo Salinas e Mandacaru e Serra Verde I, II, III, IV, V, VI e VII são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a controlada AES Operações efetuou os recolhimentos das antecipações mensais com base na estimativa, porém, entre os meses de julho e dezembro, foram levantados balancetes de suspensão. Por sua vez, as controladas indiretas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Guaimbé Holding, Tucano Holding I, Tucano F1, Tucano Holding II, e Tucano Holding III, Bela Vista, Embuaca, Icarai, Mar e Terra, Santo Antônio de Pádua, São Cristóvão e São Jorge precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do imposto de renda e da contribuição social das SPEs dos Complexos Solar Oroueste, Alto Sertão II, Guaimbé e Complexo Ventus são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, enquanto as empresas de São Ricardo e Santa Tereza estão sob o regime de competência.

18. **EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**

18.1 **Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:**

Controladora					
2021					
Circulante					
Vencimento	Taxa Efetiva (I)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total
Emissão de notas promissórias	2022	CDI + 6,20%	264	650.000	(148)
Total da dívida			264	650.000	(148)

continua →





continuação

www.aesbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	2021									
	Vencimento	Taxa Efetiva (I)	Circulante			Não Circulante			Total	Total circulante + não circulante
Encargos			Principal	Custos de transação	Principal	Custos de transação	Total			
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
1ª Emissão - Tucano Holding II	2023	IPCA + 7,28%	4.130	-	-	4.130	308.303	(14.610)	293.693	297.823
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	697	115.420	(2.771)	113.346	115.420	(1.447)	113.973	227.319
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.586	-	(3.103)	2.483	401.860	(2.809)	399.051	401.534
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.667	18.228	(1.370)	18.525	198.626	(7.097)	191.529	210.054
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	32.887	-	(436)	32.451	1.380.001	(1.902)	1.378.099	1.410.550
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	10.271	-	(2.833)	7.438	754.311	(21.194)	733.117	740.555
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	7.916	-	(791)	7.125	210.506	(5.949)	204.557	211.682
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	166	23.140	(254)	23.052	24.297	(752)	23.535	46.587
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	218	16.220	(242)	16.196	44.027	(725)	43.302	59.498
Subtotal			63.538	173.008	(11.800)	224.746	3.437.351	(56.495)	3.380.856	3.605.602
Empréstimos e Financiamentos										
Operações Notas Comerciais	2022	CDI + 6,20%	264	650.000	(148)	650.116	-	-	-	650.116
BNDES - Complexo Ventus (ii)	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	703	26.542	(68)	27.177	181.368	(462)	180.906	208.083
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2030	TJLP + 1,66% a 2,45%	588	20.935	(1.625)	19.898	160.855	(10.547)	150.308	170.206
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2030	2,55% (pré)	2.013	10.142	(1.346)	10.809	141.857	(13.122)	128.735	139.544
Subtotal			3.568	707.619	(3.187)	708.000	484.080	(24.131)	459.949	1.167.949
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	-	-	-	-	657.128	-	657.128	657.128
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	3.636	-	-	3.636	782.206	-	782.206	785.842
Subtotal			3.636	-	-	3.636	1.439.334	-	1.439.334	1.442.970
Total da dívida			70.742	880.627	(14.987)	936.382	5.360.765	(80.626)	5.280.139	6.216.521

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.
 (ii) Em 26 de novembro de 2021, o BNDES autorizou a assunção da dívida de financiamento dos parques do Complexo Ventus para a AES Operações. Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe swap, demonstrado na nota explicativa nº 34.4.
 Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

18.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-
Ingressos	650.000	650.000	3.944.330	753.611	1.469.348	6.167.289
Encargos financeiros	264	264	300.000	650.000	-	950.000
Diferimento custos de transação	(152)	(152)	-	332.354	-	332.354
Amortização custos de transação	4	4	178.270	24.500	21.323	224.093
Saldo em 31 de dezembro de 2021	650.116	650.116	3.605.602	1.167.949	1.442.970	6.216.521

18.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante (I)	Vencimento	Finalidade
AES Operações	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	227.319	Dezembro de 2022 e Dezembro de 2023	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
AES Operações	6ª Emissão (2ª série)	317.620	15/04/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	401.534	Abril de 2023 e Abril de 2024	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
AES Operações	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/05/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	210.054	Maio de 2030	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
AES Operações	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	2.200.000	15/03/2019	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.410.550	Março de 2026	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
AES Operações	9ª Emissão Debêntures (2ª série)	-	-	IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	740.555	Março de 2027	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaiumbê e AGV
AES Operações	9ª Emissão Debêntures (3ª série)	-	-	IPCA + 4,71%	Anual	Anual	211.682	Março de 2029	-
AES Operações	Scotiabank 4131 (1ª série)	600.000	29/12/2020	USD + 1,63%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	657.128	Dezembro de 2025	Reforço de capital de giro
AES Operações	Scotiabank 4131 (2ª série)	800.000	31/03/2021	USD + 1,78%	Semestral	Março 2025 e Março 2026	785.842	Março de 2026	Reforço de capital de giro
AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146.000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) e 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	46.587 e 59.498	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
AES Operações	BNDES	235.169	3/10/2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	208.083	Outubro de 2029	Financiamento dos parques do Complexo Ventus
Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	BNDES (MS e Santos)	295.800	16/07/2013 (MS) e 14/04/2014 (Santos)	TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) e TJLP + 2,45% (Santos)	Mensal	Mensal	170.206	Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS)	Financiamento dos parques dos Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas
Tucano Holding II	BNB (MS)	198.500	27/05/2013	2,55 (pré)	Semestral	Semestral	139.544	Dezembro de 2030 (Santos)	-
AES Brasil Energia	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	300.000	8/10/2021	IPCA + 6,06%	Semestral	Semestral	297.823	Maio de 2030, 2031 e 2033	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
AES Brasil Energia	Operações Notas Comerciais	650.000	30/12/2021	CDI + 6,20%	(a partir 2024) No vencimento	(a partir 2024) No Vencimento da dívida	650.264	Setembro de 2041	-

(i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

18.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Consolidado	
	R\$	%
Moeda nacional		
CDI	2.063.152	32,69%
IPCA	2.261.009	35,82%
TJLP	390.991	6,19%
Pré-fixado	154.012	2,44%
Moeda estrangeira		
Dólar	1.442.970	22,86%
Total	6.312.134	100,00%

18.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado				
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total
2023	361.312	58.576	-	(14.845)	405.043
2024	281.199	59.591	328.564	(11.398)	657.956
2025	59.135	60.912	850.035	(11.306)	958.776
2026	732.892	62.236	260.735	(10.975)	1.044.888
2027	1.051.054	63.248	-	(9.248)	1.105.054
2028 em diante	951.759	179.517	-	(22.854)	1.108.422
Total	3.437.351	484.080	1.439.334	(80.626)	5.280.139

18.6 Indexadores utilizados para atualização das debêntures, empréstimos e financiamentos:

	2021
CDI (índice do último dia útil do exercício)	9,15%
TJLP (índice do último dia útil do exercício)	5,32%
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	10,06%
Dólar (taxa do último dia útil do exercício)	5,58

18.7 Compromissos financeiros - "Covenants"

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia e suas controladas mantiveram o acompanhamento dos seus índices financeiros.

Objetivo	Covenant
Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses	Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x
Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses	EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - 8ª emissão	ICSD: ≥1,2x
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - BNDES - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas e Complexo Ventus e BNB - Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	ICSD: ≥1,3x

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento são relacionados a alugueis de terrenos (337 contratos) e alugueis de sedes administrativas (2 contratos), com vigência até 2051. A controlada direta AES Operações reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a. A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Notas	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia	2	86.359
Ingressos	-	2.337
Efeito da aquisição dos Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	1,5	16.004
Encargos financeiros	-	7.045
Pagamento de encargos financeiros	-	(5.930)
Pagamento de principal	-	(859)
Venda de ativos de geração distribuída	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	104.963

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Notas	Consolidado
CIRCULANTE		
2022	-	2.785
Subtotal	24	2.785
NÃO CIRCULANTE		
2023	-	3.087
2024	-	3.360
2025	-	3.657
2026	-	3.980
2027	-	4.331
2028 em diante	-	83.763
Subtotal	-	102.178
Total	-	104.963

A Companhia possui contratos de subarrendamento de terrenos com suas controladas diretas AGV e Boa Hora totalizando R\$14.985 em 31 de dezembro de 2021 (nota explicativa nº 33). Os terrenos foram subarrendados pelo prazo remanescente do contrato principal, possuindo a mesma taxa de desconto de 10,08% a.a. e vigência até novembro de 2045. Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. As condições de sublocação são as mesmas do aluguel original. Dessa forma, não há ganho reconhecido. Os direitos de uso foram reconhecidos nas controladas e as obrigações de arrendamento na Companhia. Adicionalmente, foi reconhecido um contas a receber na controladora e um contas a pagar nas controladas.

20 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

20.1 Previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Funceps é a principal entidade responsável pela Administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Em 03 de maio de 2019, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 296, a alteração no regulamento do PSAP/Tietê, que trata do fechamento as novas adesões. O novo regulamento teve início de vigência em 1º de junho de 2019. Nesta mesma data, houve a abertura de um novo plano de contribuição definida (CD).

Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 867, nova alteração no regulamento do PSAP, que trata do saldamento do plano de benefícios. Esta operação de saldamento resulta na suspensão dos aportes de contribuições no PSAP e, a partir desta data, os aportes serão efetuados no plano CD, criado em 2019.

O objetivo foi mitigar riscos de futuros déficits, buscando maior equilíbrio e controle das obrigações do plano e, ao mesmo tempo, preservar o direito adquirido dos participantes e assistidos, diminuindo também as contribuições para equacionamento de eventuais déficits futuros. Os riscos mitigados foram de aumento da obrigação atuarial em função do acúmulo de tempo de serviço e do crescimento salarial do subplano BD. Os riscos financeiro e de mortalidade continuarão existindo, porém terão um impacto menor sobre o passivo do sup plano BD.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria por meio de avaliação atuarial realizada em bases anuais, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas descritas a seguir. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Ao final do exercício de 2021, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período de serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir: (i) Taxa de desconto: a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração (tempo médio de pagamento futuro dos benefícios) da obrigação do benefício definido; (ii) Taxa de mortalidade: se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Vivest testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. (iii) Aumento salarial, benefícios e inflação: a hipótese de crescimento salarial é definida pela Companhia, de acordo com sua política de remuneração, para refletir a expectativa de crescimento salarial real para os próximos anos. Os reajustes de benefícios são corrigidos anualmente pelo IGP-DI, que é o indexador do plano. Em relação à taxa de inflação, foi determinado 3,75% com base nas taxas projetadas para os próximos 10 anos. (iv) A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

O ativo ou passivo líquido do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Vivest). O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Em 31 de dezembro de 2021, a Vivest indicou um déficit no plano BD de R\$62.615, valor superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$24.088. O BSPS apresentou déficit técnico pela Vivest de R\$74.289, valor superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC. O Plano CV fechou o exercício de 2021 com déficit de R\$5.259, valor superior ao limite legal de R\$ 1.639.

Como para ambos os planos BD e BSPS houve déficit superior ao limite técnico estabelecido pelo CNPC, deverá ser aprovado um plano de equacionamento até o final do exercício subsequente e ser amortizado pelo período correspondente a 1,5 a duração do passivo. Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os valores estimados são diferentes pois utilizam metodologias e premissas distintas.



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20.3.4 Despesas reconhecidas no resultado do exercício

	Consolidado		
	2021		
	PSAP	PIA	Total
Custo dos juros	33.290	541	33.831
Custo dos serviços correntes	-	582	582
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(26.536)	-	(26.536)
Subtotal das despesas benefício definido	6.754	1.123	7.877
Contribuição definida	1.570	1.678	3.248
Total das despesas com benefícios pós-emprego	8.324	2.801	11.125
O custo dos juros e o rendimento sobre o valor justo do ativo do plano são apresentados no resultado financeiro, na rubrica "Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos". O custo dos serviços correntes e contribuição definida são apresentados sob a rubrica "Gerais e administrativas", linha Benefícios pós-emprego.			

20.3.5 Movimentações do passivo registrado

	Consolidado		
	2021		
	PSAP	PIA	Total
Saldo no início do exercício	-	-	-
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia (nota 2)	120.226	11.187	131.413
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	9.005	1.497	10.502
Ajuste de avaliação atuarial (remunerações)	(5.354)	1.350	(4.004)
Pagamentos de contribuições	(6)	(4.069)	(4.075)
Saldo no final do exercício	123.871	9.965	133.836
O aumento significativo do passivo registrado deve-se à redução taxa de desconto real, conforme poderá ser calculada com as informações divulgadas na nota explicativa nº 20.3.8.			

20.3.6 Movimentações das remunerações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	Consolidado		
	2021		
	PSAP	PIA	Total
Saldo no início do exercício	-	-	-
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia (nota 2)	(130.724)	-	(130.724)
Perda atuarial gerada pelo efeito da alteração de premissas demográficas e financeiras	(118.529)	(2.223)	(120.752)
Ganho (perda) atuarial gerada pela experiência demográfica	121.743	3.573	125.316
Ganho (perda) atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(8.568)	-	(8.568)
Saldo no final do exercício	(136.078)	1.350	(134.728)

20.3.7 Composição dos investimentos do plano por segmento

	Distribuição dos investimentos		Limite de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2021		
	Mensuração do valor justo	2021	
Renda fixa	Nível 2	69,39%	até 100%
Renda variável	Nível 2	15,93%	N/A
Empréstimos a participantes	Nível 2	1,81%	até 15%
Investimentos estruturados	Nível 2	1,87%	até 20%
Investimento no exterior	Nível 2	9,02%	até 10%
Imóveis	Nível 3	1,98%	até 8%
Total		100,00%	

20.3.8 Premissas atuariais utilizadas

	Consolidado	
	2021	
	PSAP	PIA
a) Premissas econômicas:		
a1) Determinação do passivo atuarial:		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	N/A
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	N/A
a2) Determinação da despesa atuarial:		
Taxa de desconto nominal	8,80%	8,56%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	5,83%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	3,25%	3,25%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,25%	3,25%
b) Premissas demográficas:		
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	N/A
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT2000	AT2000(-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	N/A
Taxa de rotatividade esperada	N/A	N/A
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	20,45	20,45

20.3.9 Estimativa da despesa de benefício definido para o exercício seguinte

	Consolidado		
	2022		
	PSAP	PIA	Total
Custo dos serviços correntes	52.825	695	53.520
Custo dos juros	(42.000)	-	(42.000)
Total da despesa projetada para o exercício	10.825	695	11.520

Hipóteses	PSAP		PIA	
	Taxa de desconto		Taxa de desconto	
	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	(16.005)	16.757	(22)	233
Total da obrigação de benefício definido	605.485	638.247	9.743	10.198

20.3.10 Análise de sensibilidade das premissas atuariais

	PSAP		PIA	
	Taxa de desconto		Taxa de desconto	
	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Nível de sensibilidade	(16.005)	16.757	(22)	233
Total da obrigação de benefício definido	605.485	638.247	9.743	10.198

20.3.11 Outras informações sobre as obrigações atuariais

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú Previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

20.3.12 Plano de pagamentos esperados do plano

	Consolidado		
	2021		
	PSAP	PIA	Total
1 ano	42.419	3.698	46.117
Entre 2 e 5 anos	188.029	548	188.577
Após 5 anos	269.740	4.320	274.060
Total de pagamentos esperados do plano	500.188	8.566	508.754

20.3.12 Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a Companhia possui plano de contribuição definida administrado pelo Itaú Previdência e MetLife. Nessa modalidade, os benefícios são obtidos pela conversão dos saldos acumulados pelo participante e pelo patrocinador em seu nome, de acordo com a sua opção de renda. Este plano não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

21. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

21.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia e de suas controladas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos caucões e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	Passivo	Ativo
	Provisão para processos judiciais e outros	Caucões e depósitos vinculados
	2021	2021
Trabalhista (a)	2.956	129
Meio ambiente (b)	2.579	-
Regulatório (c)	55.629	-
Fiscal (d)	-	-
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.143	-
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	16.933	16.823
Cível (e)	5.157	82
Total	89.397	17.034
Circulante	22.249	-
Não Circulante	67.148	-
Total	89.397	-

As caucões e depósitos vinculados totalizam R\$22.095 em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado			
	2021			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	129	142	1.095	1.366
Fiscal	16.823	-	-	16.823
Cível	82	58	-	140
Imobiliárias	-	3.766	-	3.766
Total	17.034	3.966	1.095	22.095

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia (nota 2)	2.328	2.579	50.102	22.248	4.450	81.727
Provisão	520	13	-	178	-	711
Efeito da aquisição do Complexo Eólicos Salinas e Mancuru (nota 1.5)	-	-	-	-	204	204
Atualização monetária	71	-	5.527	650	503	6.751
Reversão de provisão	(30)	(33)	-	-	-	(63)
Pagamentos	67	-	-	-	-	67
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.956	2.579	55.629	23.076	5.157	89.397

(a) Trabalhistas: Existem 77 processos de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 16 processos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$2.956. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2022 e 2024.

(b) Meio ambiente: Existem 105 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada direta AES Operações no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 93 demandas, já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada direta AES Operações e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$ 2.579. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2022 e 2024.

(c) Regulatório: Despacho 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadoista de Energia - MAE, e por isso, determinou o realzimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Operações como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Operações teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora credora. Todavia, a RGE Sul (antteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul, ainda, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agorã sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Operações restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Operações apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGM até 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$55.629.

(d) A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2023.

(d.1) **Fiscal:**
Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a controlada direta AES Operações foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as demonstrações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram que de um total de R\$135.201 envolvidos na discussão, R\$6.143 são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2022.

(d.2) A controlada direta AES Operações discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a controlada direta AES Operações estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A controlada direta AES Operações registrou provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2021, corresponde a R\$16.933 e efetuos depósitos judiciais no montante atualizado de R\$16.823. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a controlada direta AES Operações efetuiu provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2022.

(e) Em 13 de dezembro de 2002, foi apresentada ação judicial em face da Companhia e da Companhia Energética de São Paulo - CESP visando o reconhecimento do direito a indenização por danos morais e materiais em decorrência do falecimento do pai da autora por electrocussão no reservatório de Caconde-SP, ocorrido em 13 de maio de 1984. Em julho de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses das Rés. Em decorrência, foram interpostos recursos de apelação. Em julho de 2013, foi proferida decisão de 2ª instância dando parcial provimento aos recursos, apenas para reduzir os valores relativos à condenação por dano moral. Em maio de 2020, foi iniciada a fase de cumprimento de sentença. No entanto, a CESP apresentou petição nos autos informando que o recurso especial por ela interposto estava pendente de julgamento e, que, portanto, o cumprimento de sentença deveria ser suspenso. Neste sentido, em junho de 2020, foi deferida a liminar pleiteada pela AES Operações para suspender o cumprimento de sentença até decisão final do recurso interposto pela CESP. Em julho de 2021, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso da CESP. Em decorrência, em agosto de 2021, a CESP interpôs agravo, o qual encontra-se pendente de julgamento. Nos termos do que determina o protocolo de cisão celebrado quando da privatização, a CESP é exclusivamente responsável por atos e fatos ocorridos até 31 de março de 1999. Sendo assim, caso seja mantida a decisão desfavorável, eventual desembolso da AES Operações, no valor estimado de R\$5.157, atualizado até 31 de dezembro de 2021 deverá ser objeto de reembolso por parte da CESP.

21.2 **Processos com probabilidade de perda classificada como possível**
A controlada direta AES Operações está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Operações e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado	
	2021	
Meio ambiente (a)	Não determinado	
Cível (b)	148.282	
Regulatório (c)	55.629	
Fiscal (d)	705.727	
Total	909.638	

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas de sua controlada direta AES Operações, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

(a) **Meio ambiente** - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas a suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Operações, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Barril, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Operações se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Operações apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Operações informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.

(a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Operações foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Operações apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Operações avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reforestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a controlada direta AES Operações apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e

(a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de pericia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia. Além disso, a controlada direta AES Operações possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Operações, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Itbitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reforestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) proferido indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Operações: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Itbitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reforestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Operações recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) **Cível:**
Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Operações, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reforestamento celebrados entre a Diclêr - Dois Irmãos Comercio e Reforestamento Ltda. e a controlada direta AES Operações, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais. Em abril de 2013, a controlada direta AES Operações apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Operações terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$11.483, atualizado até 31 de dezembro de 2021. Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPEs relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem AT". Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 1



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto à fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Operações ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

(d.3) Auto de infração - Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada direta AES Operações, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento pela Câmara Superior do CARF. Em que pese a decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 9.800.

(d.4) Auto de Infração IRPJ - Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente às estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidas de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à controlada direta AES Operações, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a controlada direta AES Operações inter pôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações inter pôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Operações, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Operações apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 31 de dezembro de 2021 é de R\$20.775.

(d.5) Auto de infração - ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando à cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$336.226 atualizado até 31 de dezembro de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações (ocorrida entre 2013 e 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 e 2016. Após a análise do auto de infração, a controlada direta AES Operações verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$336.226, R\$96.890 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$239.336 atribuíveis à controlada direta AES Operações. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Operações notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Operações. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Operações inter pôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da controlada direta AES Operações, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.

(d.6) Auto de infração - ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil - RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.480 atualizado até 31 de dezembro de 2021. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações, ocorrida entre 2013 e 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 e 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações inter pôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.

(d.7) Execução Fiscal - PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 a 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Operações discute questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encorrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Operações e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 31 de dezembro de 2021 é de R\$9.064.

(d.8) Execução Fiscal Iturama: Refere-se à execução fiscal ajuizada pela Prefeitura de Iturama, a qual objetiva a cobrança de pretensos débitos de Imposto sobre Serviços ("ISS") sobre serviços realizados na Usina Água Vermelha, localizada no Município de Ouroeste/SP e cobrança de multa diária por não obtenção de alvará de localização e funcionamento no Município de Iturama. Em agosto de 2017, a AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da AES Operações. Em decorrência, a AES Operações inter pôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.135.

(i) A movimentação da provisão para desmobilização está apresentada a seguir:

	Notas	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020		
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia	2	71.853
Efeito da aquisição dos Complexos Eólicos Salinas e Mandaracu	1.5	34.390
Atualização	-	2.059
Saldo em 31 de dezembro de 2021		108.302

As taxas e prazos da provisão de desmobilização são as seguintes: Complexo Eólico Ventus possui prazo de 31/08/2045 a uma taxa de 0,15% ao mês, Complexo Solar Ouroeste possui prazo de 31/05/2051 a uma taxa de 0,15% ao mês, Complexo Eólico Alto Sertão possui prazo de 31/08/2048 a uma taxa de 0,20% ao mês, Complexo Solar Água Vermelha 30/06/2053 a uma taxa de 0,15% ao mês e Complexo Solar Guambi possui prazo de 30/06/2050 a uma taxa de 0,15% ao mês.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 2.116.001 (R\$500.000 reais em 31 de dezembro de 2020), representado em 492.106.495 ações ordinárias, nominativas e escriturais. Os eventos apresentados a seguir justificam a variação do capital social: Em 31 de março de 2021, o capital foi aumentado no montante de R\$1.000.000, com emissão de 399.106.500 ações ordinárias, em razão da incorporação de ações da AES Brasil Operações. Em 01 de outubro de 2021, no âmbito da Oferta restrita, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$1.116.000 mediante a emissão de 93.000.000 de ações ordinárias que foram subscritas e integralizadas à vista. Em 03 de novembro de 2021 foi aprovado o cancelamento e 25 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em razão do referido cancelamento, o capital social da Companhia passou a ser representado por 492.106.495 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

2021		2020	
Ordinárias		Ordinárias	
Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas			
AES Holdings Brasil S.A.	119.838.222	24,35	-
AES Holdings Brasil II S.A.	110.012.802	22,36	-
AES Tietê Energia S.A.	-	-	500
BNDESPar	39.554.528	8,04	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.165.523	6,13	-
Outros	192.535.362	39,12	-
Ações ordinárias em circulação	492.106.495	100,00	500
Ações em tesouraria	-	-	-
Total das ações	492.106.495	100,00	500

Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Notas	Controladora
		2021

Reservas de capital:
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia 472
Ações e opções de ações outorgadas (a) (18.230)
Custo na emissão de ações (38.375)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A. 2
Subtotal 321.469

Outros resultados abrangentes:
Efeito da incorporação reversa de ações da AES Tietê Energia 2 (119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos (41.741)
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada 3.534
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA (891)
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada 5.359
Subtotal (153.563)

Reservas de lucro:
Reserva de investimentos (b) 843.696
Reserva legal 20.801
Reserva de lucros a realizar (c) 74.671
Subtotal 939.168

(a) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
(b) Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei nº 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, com base em reserva de lucros no montante de R\$67.992, sendo R\$0,17036252099 por ação ordinária da Companhia. O pagamento foi realizado em 28 de maio de 2021. Em 24 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração submeteu a proposta de orçamento de capital à apreciação da AGO, a ser realizada em 27 de abril de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, a reserva de investimentos proposta é apresentada na nota explicativa nº 26.
(c) Com o objetivo de não distribuir dividendos mínimo obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente, apesar de economicamente realizada, a Companhia constituiu reserva de lucros a realizar, para quando financeiramente realizada, em períodos posteriores, possa então ser distribuída como dividendos. Esta reserva somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório.

25.2 Participação de acionista não controlador
O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$811.161 é referente à controlada direta Guambi Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A., com participação de 19,90% em suas ações preferenciais.

26. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo nº 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo circulante nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intermediários e/ou intercalares - quando de sua aprovação pela Reunião do Conselho de Administração (RCA); (ii) se aplicável, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social; (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela AGO, e (iv) juros sobre o capital próprio - quando de sua aprovação pela RCA ou AGO.

	2021
Lucro líquido do exercício	374.284
Realização de ajustes de avaliação patrimonial	41.741
Ajuste por conta de dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	78
Constituição de reserva legal	(20.801)
Base para pagamento de dividendos	395.302
Destinação:	
Reserva de lucros a realizar (nota 25.1)	74.671
Reserva de investimentos (a destinar na AGO)	296.477
Dividendos intermediários	24.154
Total destinado	395.302

26.1 Dividendos e juros sobre o capital próprio
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de agosto de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$24.155, sendo R\$0,06052081242 por ação ordinária, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021. O pagamento foi realizado em 22 de setembro de 2021.

27. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2021.

		Controladora	
		2021	2020
Numerador:	Resultado líquido do exercício	374.284	-
Denominador (em milhares de ações):	Média ponderada do número de ações ordinárias	327.221	-
Denominador ajustado	Denominador para lucro básico e diluído por ação	327.221	-
	Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	327.221	-
	Resultado básico e diluído por ação (R\$ por ação)	1,14383	0,00000

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além de o valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Adicionalmente, a Companhia não possui qualquer efeito diluidor do resultado por ação.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) **Receita de suprimento de energia elétrica**
A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) **Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**
A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. **Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)**
A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

(c) **Para as Companhias renováveis, os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.**

	Consolidado	
	2021	2020
	MWh	R\$
Contratos bilaterais	10.316.983	1.583.930
Mercado de curto prazo		
MRE	-	-
SPOT	51.570	3.166
Outros (i)	-	114.045
Contratos de energia eólicos	1.900.217	379.659
Contratos de energia solares	411.990	123.111
Outras receitas	-	2.640
Receita operacional bruta	12.680.761	2.206.551
PIS e Cofins	-	(179.943)
CFURH	-	(20.792)
ICMS	-	(36.125)
Pesquisa e desenvolvimento	-	(14.673)
ISS	-	(7)
Receita operacional líquida	12.680.761	1.955.011

(i) Inclui Geração Fora da Ordem de Mérito (GFOM), correspondente a R\$ 88.213 no exercício de 2021, que tem o intuito de ressarcir as usinas hidrelétricas pela redução de sua geração devido ao acionamento de usinas termoeletricas fora da ordem de mérito de custo e à importação de energia elétrica.

22. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

		Consolidado	
		2021	2020
CIRCULANTE	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	6.265	
	Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	5.106	
	Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	965	
	Ministério de minas e energia	482	
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	290	
	Taxa de fiscalização ANEEL	1.318	
	Subtotal	14.426	
NÃO CIRCULANTE	Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	6.086	
	Subtotal	6.086	
	Total	20.512	

23. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

(a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

		Consolidado	
		Notas	2021
CIRCULANTE	Complexo Eólico Cajúina	1.4	31.516
	Complexo Eólico Tucano		10.040
	Complexo Eólico São Ricardo	1.4	34.403
	Complexo Eólico Serra Verde	1.4	31.907
	AES Arinos	1.6	4.395
	Subtotal		112.261
NÃO CIRCULANTE	Complexo Eólico Cajúina	1.4	63.252
	Complexo Eólico Tucano	1.4	1.396
	Complexo Eólico São Ricardo	1.4	69.047
	Complexo Eólico Serra Verde	1.4	32.248
	Subtotal		165.943
	Total		278.204

(b) **Movimentação das obrigações de aquisições**

A movimentação das obrigações de aquisição no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

		Consolidado							
		Complexo Eólico Ventus	Complexo Eólico Cajúina	Complexo Eólico Tucano	Complexo Eólico Alto Sertão II	Complexo Eólico São Ricardo	Complexo Eólico Serra Verde	AES Arinos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito da incorporação reversa de ações da AES Tietê Energia (nota 2)	240.258	-	11.011	13.329	-	-	-	-	264.598
Adições	-	122.227	-	-	128.645	93.925	16.137	349.192	634.024
Atualização monetária	-	3.098	432	351	2.657	1.816	395	8.354	6.749
Pagamentos	(237.515)	(30.557)	(7)	-	(27.852)	(31.586)	(12.137)	(327.517)	(686.611)
Reversals (i)	(2.743)	-	-	(29.242)	-	-	-	(31.985)	(62.969)
Garantias de compromissos contratuais (ii)	-	-	-	-	15.562	-	-	-	15.562
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	94.768	11.436	-	103.450	64.155	4.395	278.204	547.008
(i) O montante de R\$2.743 no Complexo Eólico Ventus refere-se ao ajuste de preço de sua aquisição. O montante de R\$29.242 no Complexo Eólico Alto Sertão II refere-se à reversão da provisão de <i>Eam-out</i> após decisão favorável em arbitragem com a Renova (vendedor), que concedeu o direito à AES Operações de compensação de até R\$44.000 (atualizados até 31 de dezembro de 2021) previamente pagos a mais pela Companhia para contingências com fornecedores, em relação ao valor inicialmente estimado quando da aquisição, sendo a contrapartida contabilizada em Outras receitas operacionais (nota explicativa nº 31).									
(ii) O montante de R\$15.562 refere-se às garantias contratuais do Complexo Alto Sertão II que foi transferido para a rubrica de Cauções e depósitos vinculados do ativo circulante devido a finalização das obrigações deste complexo.									

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

		Controladora		Consolidado	
		Notas	2021	2021	2021
CIRCULANTE	Participação nos lucros e resultados	-	-	-	14.337
	Férias	-	-	-	9.949
	Encargos sociais sobre férias e gratificações	-	-	-	3.661
	Bônus	1.883	-	-	2.045
	Demais Folha de pagamento	-	122	-	2.159
	Meio ambiente	-	-	-	2.143
	Passivo de arrendamento	19	-	-	2.785
	Demais obrigações	-	27	-	6.840



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2021	
	MWh	R\$
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	3.816.353	(834.818)
Mercado de curto prazo		
MRE	1.351.613	(19.851)
SPOT	261.641	(110.535)
Outros	(62.098)	160
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	(184.179)
Taxa de fiscalização ANEEL	-	(10.716)
Crédito de PIS e Cofins	-	71.838
Outros custos de produção	-	(8.460)
Subtotal	5.367.509	(1.096.561)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	-	(67.878)
Benefícios pós-emprego	-	(2.476)
Serviços de terceiros	-	(111.042)
Material	-	(18.086)
Depreciação e amortização	-	(350.345)
Seguros	-	(15.648)
Arrendamentos e aluguéis	-	(3.482)
Contribuições setoriais	-	(3.223)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(36)
Multas contratuais	-	(327)
Indenização de sinistro	-	1.086
Outras receitas/custos operacionais	-	1.269
Subtotal	-	(570.188)
Total	5.367.509	(1.666.749)

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado		Categoria
			Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (Número disponível)	5		9.501	9.501	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação comprometida)	5	Nível 2	647.542	647.542	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	5	Nível 2	1.055.269	1.055.269	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	6		364.560	364.560	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (derivativo embutido)	34	Nível 2	3.547	3.547	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	9		247.839	247.839	Custo amortizado
Total			2.328.258	2.328.258	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	16		361.332	361.332	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18		4.773.551	4.049.761	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	18		1.442.970	1.442.970	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	19		104.963	104.321	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (moeda estrangeira)	34	Nível 2	35.930	35.930	Designado para hedge de fluxo de caixa
Obrigações de aquisições	23		278.204	278.204	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			1.227	1.227	Custo amortizado
Total			6.998.177	6.273.745	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como valor justo por meio do resultado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Instrumentos derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de SWAPs, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI; e (ii) derivativo embutido de contrato de fornecimento de aerogeradores. O item (i) se qualifica como *hedge accounting* e está classificado como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. O item (ii) é classificado como valor justo por meio do resultado.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nominal (moeda estrangeira)	Efeito do MTM no Resultado	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	-	26.230
31/03/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	-	(75.614)
Subtotal moeda estrangeira					254.291	-	(49.384)
09/04/2021 a 01/01/2023	Valor justo por meio do resultado	Euro	Euro	(ii)	61.823	5.513	-
07/05/2021 a 03/12/2021	Valor justo por meio do resultado	Dólar	Dólar	(ii)	35.295	(2.034)	-
Subtotal derivativo embutido					97.118	3.479	-
Total					351.409	3.479	(49.384)

(i) A AES Operações contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor nominal de US\$116.122 e US\$138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 18.3), captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) Em 1º de abril de 2021, a Tucano Holding I assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Indústria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores. Em função deste contrato possui valor nominal de USD e EUR, moedas diferentes da moeda local ou da moeda funcional de qualquer das partes substanciais deste contrato, foi identificado um derivativo embutido. Neste sentido, a Companhia reclassificou o saldo da rubrica "Outros resultados abrangentes" para a rubrica de "Despesas financeiras" e reconheceu a marcação a mercado do derivativo embutido não realizado na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às "Receitas financeiras", assim como reconheceu a parcela positiva realizada em imobilizado em curso em contrapartida às "Receitas financeiras". Posteriormente, em 18 de outubro de 2021, um novo contrato foi celebrado para contemplar as demais fases do projeto com os mesmos termos e condições contratuais.

Com o objetivo de se proteger da exposição em dólar e em euro deste contrato, a controlada direta Tucano Holding I contratou operações de derivativos denominadas de NDFs nos valores nominal de US\$ 20.091 e EUR 20.321. Estes derivativos foram inicialmente designados como *hedge* de fluxo de caixa e suas variações foram reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". Durante o mês de dezembro de 2021 os contratos de NDF em aberto foram integralmente liquidados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a AES Operações calculou a estimativa de valor de mercado das operações de swap baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente (descontados a taxas de mercado apresentadas pela Bloomberg).

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassociou a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

Hierarquia do valor justo

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima, está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

- Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

É de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar e deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito.

A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Controles Internos

A área de Controles Internos, que se reporta à Gerência de Controladoria, tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão dos processos e implementação de controles que mitiguem riscos e assim garantir a exatidão das demonstrações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e/ou políticas internas.

Auditoria Interna

A Companhia conta também com uma Gerência de Auditoria Interna atua em três segmentos: operacional, financeiro e tecnologia da informação. O primeiro segmento avalia os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as demonstrações contábeis e os controles associados, enquanto o terceiro avalia os controles de segurança da informação, todos em conformidade com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

A Companhia realiza anualmente uma auto avaliação de seu ambiente de controle com o objetivo de validar a efetividade dos controles-chave implementados para mitigar o risco de erros significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação, definindo prazos e responsabilidades. O resultado desta avaliação e o status dos planos de ação são periodicamente comunicados à Administração da Companhia, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado de avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contidas nas demonstrações financeiras e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades encontradas são imediatamente reportadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis dos processos, revisados pela área de Controles Internos, caso possua impacto nas demonstrações financeiras, e sua implementação é devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos, se aplicável, e de Auditoria Interna. O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e os resultados das auditorias comunicados ao Comitê de Auditoria.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Companhia, conduzido pela área de Ética e Compliance da Diretoria jurídica, cujo principal objetivo é "conhecer" os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

A Companhia disponibiliza diversos meios para que qualquer pessoa possa reportar suspeitas de violações do Guia de Valores (Código de Conduta), Leis ou Políticas da empresa, tais como: o Departamento de Ética e Compliance da AES, por meio de seu membro ou por e-mail, assim como por meio do AES Helpline, através da página na internet ou telefone. O AES Helpline está disponível 24 horas por dia / 7 dias por semana. Denúncias ao AES Helpline podem ser feitas anonimamente. A Companhia ainda conta com uma Política de Não Retaliação contra aqueles que de boa-fé trouxeram ao conhecimento da empresa qualquer situação de não conformidade ou suspeita de violação de assuntos de Ética e Compliance.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia, incluindo alta Administração e Conselho de Administração, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Consiste no risco da AES Operações incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e cauções e depósitos vinculados.

Contas a receber

As vendas de energia AES Operações são efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a AES Operações possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

O risco decorrente da possibilidade da AES Operações apresentar perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

30. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Pessoal e administradores	(1.090)	(50.242)
Benefícios pós-emprego	-	(1.355)
Serviços de terceiros	(1.875)	(65.863)
Material	-	(7.435)
Depreciação e amortização	-	(15.586)
Total	(2.965)	(140.481)

31. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

	Notas	Controladora	Consolidado
		2021	2021
Reversão de Earn-Out	23	-	29.242
Ganho na venda de controlada	12	-	9.644
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	5.560
Recuperação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(5)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(304)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	-	-	(607)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	(2.470)
Seguros	(213)	-	(2.119)
Outros	(5)	-	(1.017)
Total		(218)	37.924

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Notas	Controladora	Consolidado
		2021	2021
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras		5.249	43.248
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo		-	5.528
Atualização de créditos tributários		-	1.625
Renda de cauções e depósitos judiciais		-	7.487
PIS e COFINS sobre receita financeira	(244)	-	(1.962)
Outras	-	-	126
Variações Cambiais:			
Operações de swap		-	17.647
Marcação a mercado de derivativos	34.1	-	3.479
Outras receitas cambiais		-	1.506
Total		5.005	78.684
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	18	(268)	(287.730)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	18	-	(151.346)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	20	-	(7.294)
Atualização monetária de obrigações por aquisições		-	(8.354)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)	14	-	67.912
Juros sobre passivos de arrendamento		-	(6.210)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		-	(6.751)
Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF	(1)	-	(18.799)
Outras	(2)	-	(9.279)
Variações Cambiais:			
Marcação a mercado de derivativos		-	2.212
Outros		-	(2.087)
Total		(271)	(427.726)
Total Líquido		4.734	(349.042)

(i) Os Juros foram capitalizados a uma taxa média de 11,3% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sobre os ativos qualificáveis.

33. PARTES RELACIONADAS

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

	Notas	Controladora	Consolidado
		2021	2021
Ativo			
Contas a Receber			
Complexo Eólico Tucano (i)		-	59
Subtotal	6	-	59
Outros ativos			
Bônus estatutários - AES Operações		1.659	-
Subtotal	11	1.659	-
Contas a receber - Complexo Eólico Tucano (ii)		-	2.967
Subtotal	11	-	2.967
Total do ativo		1.659	3.026
Passivo			
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a AES Corp. (iii)		1.485	26.322
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a controladora AHB		-	1.856



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Caixa e equivalentes de caixa	61.258	657.043
Investimentos de curto prazo	-	1.055.269
Contas a receber de clientes	-	364.501
Cauções e depósitos vinculados	-	247.839
Total da exposição	61.258	2.324.652

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos. Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira reecedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

(b.2) Caixa e equivalentes de caixa
 Investimentos de curto prazo
 Contas a receber de clientes
 Cauções e depósitos vinculados
Total da exposição

Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	Notas	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	6.216.521
Garantias de financiamento	9	(209.378)
Caixa e equivalentes de caixa	5	(657.043)
Investimentos de curto prazo	5	(1.055.269)
Divida líquida	14	4.294.831
Patrimônio líquido		4.034.236
Índice de alavancagem financeira		106,48%

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de dezembro de 2021, 15,06% era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,0 anos.

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 18.7.

(b.3) **Risco de liquidez**

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Debêntures" e "Passivo de arrendamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 18. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	361.332	-	-	-	-	361.332
Debêntures	85.830	138.101	341.147	1.050.813	1.988.950	3.604.841
Empréstimos e Financiamentos	668.899	43.552	52.499	1.612.957	233.773	2.611.680
Passivo de arrendamento	-	2.785	3.088	15.327	83.763	104.963
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	1.227	-	-	-	1.227
Obrigações de aquisições	29.715	82.546	165.943	-	-	278.204
Total	1.145.776	268.211	562.677	2.679.097	2.306.486	6.962.247

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2021.

(b.4)

Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A controladora direta AES Operações e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras da controladora direta AES Operações e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2021 é:

	Notas	2021
Equivalentes de caixa	5	647.542
Investimentos de curto prazo	5	1.055.266
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	(6.158.122)
Total da exposição líquida	(4.455.314)	

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Como a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a controladora direta AES Operações e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definido-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Projeção Receitas Financeiras - 01 ano

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2021	Cenário				
			I (-50%)	II (-25%)	Provável	III (+25%)	IV (+50%)
CDI			5,67%	8,51%	11,34%	14,18%	17,01%
Equivalentes de caixa (I)	CDI	647.542	33.245	49.897	66.491	83.143	99.736
Investimentos de curto prazo	CDI	1.055.266	59.834	89.803	119.668	149.637	179.501
Impacto no resultado			93.079	139.700	186.159	232.780	279.237

Projeção Despesas Financeiras - 01 ano

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2021	Cenário				
			I (-50%)	II (-25%)	Provável	III (+25%)	IV (+50%)
CDI			5,67%	8,51%	11,34%	14,18%	17,01%
9ª Emissão de Debêntures (1ª Série)	CDI	(1.412.888)	(95.041)	(135.568)	(175.953)	(216.480)	(256.864)
Scotiabank 4131	CDI	(1.442.970)	(104.688)	(146.283)	(187.732)	(229.327)	(270.775)
Emissão de notas promissórias	CDI	(650.264)	(47.177)	(65.921)	(84.600)	(103.345)	(122.023)
Impacto no resultado			(246.906)	(347.772)	(448.285)	(549.152)	(649.662)
IPCA			2,56%	3,85%	5,13%	6,41%	7,69%
1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA	(312.433)	(32.383)	(36.720)	(41.203)	(45.327)	(49.631)
1ª Emissão (1ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(47.603)	(4.934)	(5.595)	(6.250)	(6.906)	(7.562)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(60.465)	(6.428)	(7.270)	(8.104)	(8.939)	(9.774)
5ª Emissão de Debêntures	IPCA	(231.537)	(21.458)	(24.640)	(27.797)	(30.955)	(34.112)
6ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(407.446)	(38.763)	(44.375)	(49.943)	(55.513)	(61.082)
8ª Emissão de Debêntures	IPCA	(218.521)	(19.086)	(22.074)	(25.039)	(28.005)	(30.971)
9ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(764.582)	(56.507)	(66.835)	(77.081)	(87.330)	(97.577)
9ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(218.422)	(16.143)	(19.093)	(22.020)	(24.948)	(27.875)
Impacto no resultado			(195.702)	(226.602)	(257.257)	(287.923)	(318.584)
TJLP			3,06%	4,59%	6,12%	7,65%	9,18%
BNDES	TJLP	(390.991)	(21.071)	(27.188)	(33.316)	(39.423)	(45.541)
Impacto no resultado			(21.071)	(27.188)	(33.316)	(39.423)	(45.541)
Total da exposição líquida			(370.600)	(461.862)	(552.999)	(643.178)	(734.550)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Risco de moeda estrangeira

Como objetivo de se proteger integralmente do resultado das variações cambiais a Administração da Companhia executou derivativos de *swap*, e os designou como instrumentos como *hedge* de fluxo de caixa. A contratação da operação de *swap* não apresenta caráter especulativo e possui *hedge accounting*. Dessa forma, a Companhia não apresenta a análise de sensibilidade desta exposição, pois as flutuações da taxa de câmbio estão sendo reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes. A análise de sensibilidade dos derivativos embutidos segue abaixo:

Projeção Resultado Financeiro - 01 ano

Instrumentos	Risco	Posição em 31/12/2021	Cenário				
			I (-50%)	II (-25%)	Provável	III (+25%)	IV (+50%)
Derivativo embutido em contrato	Dólar	(2.033)	95.273	46.586	2.101	(50.788)	(99.475)
Derivativo embutido em contrato	Euro	5.580	175.477	82.906	9.666	(102.237)	(194.808)
Impacto no resultado			3.547	270.750	129.492	11.767	(153.025)
Impacto no resultado			3.547	270.750	129.492	11.767	(153.025)

(b.5)

Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2021 (vide nota explicativa nº 18.7).

A não observância dos índices financeiros por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, exceto para 8ª Emissão da AES Tietê Energia, para a 1ª Emissão da AES Tietê Eólica e para os Contratos de Financiamento do Complexo Eólico Tucano, que têm suas verificações anuais, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da controladora direta AES Operações.

Outros riscos considerados relevantes

(c.1)

Risco hidrológico

Geração hidrelétrica no Brasil

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é constituído pelas regiões Sul, Sudeste/ Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerada pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia hidrelétrica gerada pelos participantes do mecanismo é alocado para cada uma das usinas hidrelétricas, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física. Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE atinjam seus níveis de garantia física, independentemente da produção individual de cada planta. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias física e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado "Energia Secundária", é alocado proporcionalmente entre os geradores. A energia secundária alocada será líquida no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

De forma formal, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas hidrelétricas do MRE, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do mecanismo, através do GSF, efeito este conhecido como "Rebaixamento" da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições no mercado de curto prazo ao PLD.

Nas situações acima mencionadas pode ocorrer a alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e de origem da energia alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, dispõe de um tratamento específico e estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem e da regra de sazonalização adotada pela Companhia.

Impactos da retração de geração hidrelétrica no MRE / GSF

O despacho hidrelétrico é definido pelo ONS, cujo modelo tem como objetivos principais o atendimento da carga e a minimização do custo total de operação do sistema. Os geradores hidrelétricos devem manter suas usinas disponíveis para serem despachadas pelo ONS e não têm poder de decisão sobre o nível de energia gerada. Dessa forma, o risco resultante desse modelo de operação centralizada é compartilhado apenas entre os geradores hidrelétricos por meio do MRE.

No entanto, considerando a mudança da matriz energética, com maior participação das fontes renováveis (eólica, biomassa e solar) e de fatores que estão fora do controle dos geradores, tais como o despacho fora da ordem de mérito, a antecipação da Garantia Física de usinas estruturadas, a retração do consumo e a importação de energia de países vizinhos, os geradores hidrelétricos ficam expostos, de forma involuntária, a um risco muito superior ao previamente considerado em suas estratégias de contratação.

Assim, desde 2014, o MRE ganhou mais notoriedade no setor elétrico, quando o GSF passou a registrar, mês após mês, um número menor do que 1, isto é, a produção total das hidrelétricas do MRE ficou continuamente abaixo da soma das respectivas garantias físicas, que indica o nível de rebaixamento das garantias físicas das usinas hidrelétricas para efeito da contabilização na CCEE, gerando exposição dos geradores hidrelétricos ao mercado.

A APINE obteve em 1º de julho de 2015, uma liminar favorável a todas as geradoras elétricas representadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o GSF seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE. Durante o ano de 2018, foram opostos embargos de declaração pela APINE e ANEEL, além de decisão de 1ª instância pelo Tribunal. Diante disso, em 07 de maio de 2018, o Tribunal acatou o pedido da APINE e, consequentemente, determinou que a CCEE fique impossibilitada de aplicar, mensalmente, os efeitos do GSF no MRE, aos integrantes da ação judicial. A ANEEL recorreu da decisão do Tribunal que estendeu os efeitos da liminar e, em 23 de outubro de 2018, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão que deferiu parcialmente o pleito da ANEEL. Com essa decisão, foi mantida a liminar para o período compreendido entre julho de 2015 a fevereiro de 2018 e revogada a parcela da decisão que estendeu os efeitos da estabilização da liminar para o período posterior à própria decisão (maio de 2018) e até trânsito em julgado da sentença.

Paralelamente, em prol da solução para a problemática supracitada, foi criado o Projeto de Lei (PL) nº 10.332, que versou sobre a repactuação do GSF e considerou o ressarcimento dos riscos não hidrológicos aos geradores que participam do MRE por meio de compensações como extensão das concessões e Encargos de Serviço do Sistema (ESS).

São três os principais riscos que estão previstos para serem ressarcidos aos geradores:

(i) despacho fora da ordem de mérito (GFOM);

(ii) atraso/restrição de transmissão do escoamento da energia dos projetos estruturantes (Santo Antonio, Jirau e Belo Monte) e;

(iii) motorização acelerada da entrada em operação comercial das máquinas destes projetos estruturantes, que aumentou a garantia física dos mesmos sem a correspondente geração de energia.

Os efeitos no GSF da GFOM deverão ser ressarcidos de forma retroativa a 2013 e os demais riscos ao início dos respectivos efeitos (2012 ou posterior).

Após aprovação na Câmara dos Deputados, o texto da Lei do referido PL foi encaminhado para aprovação do Senado Federal (PL 10.332 convertido em PLC 77), porém em outubro de 2018 o texto não foi aprovado pelo Senado Federal e por consequência o PLC foi rejeitado. Assim, a questão do risco hidrológico passou a ser discutida no âmbito do PL 10.985/2018, aprovado pelo Senado e submetido, em novembro de 2018, à apreciação da Câmara dos Deputados, que, em 26 de junho de 2019, votou favoravelmente ao projeto. Em relação ao texto apresentado pelo Senado, foi feita apenas uma alteração referente a outras demandas e não houve alterações relativas às propostas do GSF. Assim, a matéria retornou ao Senado Federal antes de ser sancionada, cabendo apenas a aceitação ou não da alteração feita.

O MME, a fim de subsidiar as discussões no Senado, apresentou a Nota Informativa Nº 27/2019/AS/SEC contendo informações do montante financeiro envolvido na resolução da questão do risco hidrológico pela via judicial e do montante financeiro resultante da solução do risco hidrológico pela via legislativa com a aprovação do PL, levando em conta os efeitos retroativos.

Após diversas discussões entre os envolvidos e os poderes executivo e legislativo, o novo PL 3.975/2019 foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE do Senado Federal em 10 de março de 2020, em que foi direcionado para o Plenário do Senado onde também foi aprovado em 13 de agosto de 2020.

Assim, em 8 de setembro de 2020, o Presidente da República sancionou a Lei 14.052, oriunda do PL 3.975/2019 (PLS 209/2015), que trata da repactuação do risco hidrológico. A sanção presidencial contou com vetos relacionados, principalmente, ao detalhamento da geração termelétrica fora da ordem de mérito e ao Brasduro.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL publicou a Nota Técnica nº 097/2020-SRG-SRM-SRT-SCG/ANEEL, onde apresentou detalhamento das premissas de cálculo para extensão da concessão e indicou a taxa de desconto para atualização de capital em 9,63% ao ano. O prazo de contribuições da Consulta Pública nº 56/2020 findou em 23 de outubro de 2020 e os resultados foram deliberados em Reunião da Diretoria da ANEEL realizada em 1º de dezembro de 2020. De forma a refletir a decisão da ANEEL, foi publicada, em 3 de dezembro de 2020, a Resolução Normativa nº 895. Foi estabelecida nova metodologia de elegibilidade da energia vertida pelas usinas estruturantes dado o atraso de transmissão, principalmente quanto a efeitos futuros que estes atrasos ainda venham a afetar o MRE, podendo resultar em novo cálculo de extensão do período da outorga.

Considerando a eficácia das regras publicadas, a futura celebração do acordo e decisão supracitada, a Companhia, individualmente, protocolou pedido de desistência da liminar relativa ao GSF. A qual foi posteriormente aceita e transitada em julgado em dezembro de 2020.

Em março de 2021, foi publicada a Resolução Normativa nº 930/2021 que estabeleceu principalmente que as usinas hidrelétricas que já repactuaram o risco hidrológico em 2015 poderiam aderir à nova compensação por extensão da concessão, referente ao período anterior a 2015. Em 13 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.182, que, apesar de tratar da desestatização da Eletrobras, alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, trazendo nova redação para compensação do risco hidrológico para dois grupos de usinas, aquelas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada e aquelas denominadas estruturantes. Corroborando em lei o ponto regulado pela REN 930/2021, deixando claro que a determinação modifica



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (c.6) **Risco de obrigação de expansão**
 A AES Operações possui obrigação prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão. Há um acordo judicial assinado em outubro de 2018 com Governo de São Paulo, concedendo 6 anos para cumprir a obrigação, vide nota explicativa nº 1.6.
- (c.7) **Risco da escassez de vento**
 Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

35. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	31/12/2021	31/12/2022	5.750.000
Seguro terrorismo	31/12/2021	31/12/2022	1.640.370
Vida em grupo	30/04/2021	30/04/2022	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.562
Responsabilidade civil geral	01/04/2021	01/04/2022	60.000
Riscos ambientais	01/04/2021	01/04/2022	10.000
Frota veículos - RCF	01/04/2021	01/04/2022	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2021	01/04/2022	100.000
Complexo Tucano			
Riscos de engenharia	28/10/2020	30/12/2022	1.727.267
Responsabilidade civil obras	28/10/2020	30/12/2022	50.000
Complexo Cajuiúna fase 1			
Riscos de engenharia	14/10/2021	30/03/2023	1.884.267
Responsabilidade civil obras	14/10/2021	30/03/2023	50.000

Os limites de proteção são compartilhados entre algumas empresas do Grupo AES Brasil, com exceção do seguro de frota veículos - RCF, que tem limite de proteção contratado individualmente por veículo. Para todos os seguros, o prêmio é pago individualmente por cada empresa, conforme o critério de rateio aplicável a cada apólice.

O seguro terrorismo é complementar ao seguro de riscos operacionais e faz parte do programa de proteção dos ativos do Grupo AES Brasil.

36. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

	Consolidado
	31.12.2021
Compensações de PIS e COFINS	72.902
Compensações de IRPJ e CSLL	35.661
Total	108.563

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado
	31.12.2021
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	143.411
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	70.909
Total de pagamento de juros	214.320

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado
	2021
Atividades de investimentos:	
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	110.798
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	57.578
Venda de controlada	(34.875)
Total	133.501

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Notas	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	650.000	-	650.000	950.000	-	950.000
Pagamentos de principal	-	-	-	(1.352.011)	-	(1.352.011)
Diferimento custos de transação	(148)	-	(148)	(23.907)	-	(23.907)
Pagamento de encargos financeiros (i)	-	-	-	(145.491)	-	(145.491)
Juros capitalizados	32	-	-	(67.912)	-	(67.912)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	(92.334)	(92.334)	-	(130.789)	(130.789)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia (nota 2)	-	-	-	6.167.289	39.295	6.206.584
Transferências	-	-	-	332.354	-	332.354
Encargos de dívida	264	-	264	234.867	-	234.867
Varição monetária	-	-	-	151.346	-	151.346
Varição cambial	-	-	-	(38.053)	-	(38.053)
Ajuste a valor justo	-	-	-	8.039	-	8.039
Prescrição de dividendos	-	78	78	-	(111)	(111)
Destinação de dividendos	-	92.413	92.413	-	92.832	92.832
Saldo em 31 de dezembro de 2021	650.116	157	650.273	6.216.521	1.227	6.217.748

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Julian Jose Nebreda Marquez (Presidente)			Leonardo Eleutério Moreno (Vice-Presidente)					
Bernerd Raymond da Santos Ávila	Charles Lenzi	Denise Duarte Damiani	Fellipe Agostini Silva	Francisco Jose Morandi Lopez	Franklin Lee Feder	Krista Swiegart	Roberto Oliveira de Lima	Susan Pasley Keppelman Harcourt

DIRETORIA

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora Presidente			Carlos Renato Xavier Pompermaier Diretor Vice-Presidente			Alessandro Gregori Filho Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores		
---	--	--	---	--	--	--	--	--

CONSELHO FISCAL

Raimundo Cláudio Batista (Presidente)	Louise Barsi	Luis Eduardo Frisoni Junior
---------------------------------------	--------------	-----------------------------

CONTADOR

Rodrigo dos Santos Martins - 1SP289353/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nos seus trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e nas informações e esclarecimentos dos auditores independentes e considerando, ainda, o Relatório, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário, opina, por unanimidade, que as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório da administração e a proposta da administração da Companhia para a destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Ordinária.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, favoravelmente à proposta de Orçamento de Capital a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração nesta data, no valor de R\$296.476.402,77 (duzentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e dois reais e setenta e sete centavos), a ser retido para execução do orçamento de capital para o exercício social de 2022.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022

Louise Barsi Membro do Conselho Fiscal	Luis Eduardo Frisoni Junior Membro do Conselho Fiscal	Raimundo Cláudio Batista Membro e Presidente do Conselho Fiscal
---	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Brasil Energia S.A.
 São Paulo - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AES Brasil Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração de aquisições de Complexos Eólicos	Como auditoria endereçou esse assunto
Veja a Nota 1.5, Nota 13. Investimentos, 14. Imobilizado e 15. Intangível das demonstrações contábeis individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada direta da Companhia, AES Brasil Operações S.A. ("controlada") adquiriu o controle dos Complexos Eólicos Salinas e Mandacarú. As transações foram formalizadas por meio da assinatura do <i>Share Purchase Agreement</i> (SPA). A controlada aplicou o teste opcional de concentração para verificar se o conjunto dos ativos adquiridos representam um negócio. O teste de concentração é atingido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos adquiridos se concentram em um grupo único de ativos (ou ativos similares). O valor justo das construções e benfeitorias foi determinado pelo método quantitativo de custos que utilizou os valores unitários das edificações. O valor justo das máquinas e equipamentos foi determinado pelo método do valor de reposição que utilizou os valores de reposição no mercado depreciados pelo critério A. Marston & T.R. AGG.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de reconhecimento e mensuração da aquisição de ativos; - Avaliação da classificação contábil adotada pela controlada para cada aquisição realizada de acordo com os critérios de definição de negócio, incluindo, o teste de concentração dos ativos (quando aplicável). - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de Corporate Finance: (i) se a estimativa do valor justo do PPA foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor justo do PPA estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Companhia; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação de dados técnicos com a Administração; e (v) se os resultados da estimativa do valor justo do PPA estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Esse tema foi considerado significativo para a nossa auditoria devido: (i) aos julgamentos realizados na aplicação da política contábil para determinar se a aquisição é uma combinação de negócios ou uma aquisição de ativos; (ii) e às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor justo dos ativos adquiridos que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis consolidadas.	- Os seguintes procedimentos foram executados com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos fixos: (i) avaliação se as metodologias aplicadas pelo avaliador da Companhia encontram-se de acordo com as metodologias usualmente empregadas no mercado e prescrições das normas de imóveis urbanos (NBR 14653-1 e 14653-2) e máquinas e equipamentos industriais (NBR 14.653-5); (ii) avaliação se houve inconsistências matemáticas nas revisões dos cálculos apresentados pelo avaliador da Companhia; (iii) comparação dos valores unitários das edificações com os valores médios praticados pelo mercado de acordo com as características físicas e estado de conservação dos ativos; e (iv) validação do valor de reposição e análise da depreciação calculada para determinação do valor justo das máquinas e equipamentos. - Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o tratamento contábil como aquisição de ativos e a estimativa do valor justo desses ativos adquiridos, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Reconhecimento e realização do ativo fiscal diferido	Como auditoria endereçou esse assunto
Veja a Nota 8. Tributos diferidos das demonstrações contábeis consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Até 31 de dezembro de 2020, a controlada direta da Companhia, AES Brasil Operações S.A. ("controlada"), não reconheceu o ativo fiscal diferido sobre os saldos históricos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o seu lucro líquido uma vez que a controlada não era uma entidade operacional e, consequentemente, não possuía expectativa de geração de lucro tributável futuro.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Os seguintes procedimentos foram realizados com o auxílio dos nossos especialistas em impostos diretos: (i) reconciliação dos saldos registrados de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras com as planilhas de apuração e demais controles e documentos pertinentes; (ii) revisão dos valores de adição e exclusão realizada na determinação das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social; (iii) verificação do valor de produção e análise da depreciação calculada para determinação do valor justo das máquinas e equipamentos. - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se o estudo técnico da Administração foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico da Administração estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Companhia; (iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) confirmação de dados técnicos com a Administração; e (vi) se os resultados do estudo técnico da Administração estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente.

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de novembro de 2021, a controlada concluiu a incorporação reversa da Tietê Energia S.A., uma entidade operacional, e conforme estudo técnico elaborado pela Administração, passou a existir uma expectativa de geração de lucro tributável futuro para compensar o ativo fiscal diferido sobre os saldos históricos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido da controlada.	As estimativas dos lucros tributáveis futuros da controlada, elaboradas no estudo técnico da Administração, envolve certas premissas tais como: (i) período projetivo; (ii) receitas e custos projetados com base nas curvas de preços contratuais, Tarifas de Energia de Otimização - TEO e Preço de Liquidação de Diferenças (PLD); (iii) valor de ressarcimento da infraestrutura transferida no final da concessão; e (iv) taxa de inflação medido pelo IPCA. Portanto, a controlada reconheceu um imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$532.611 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021
AES Brasil Energia S.A. e Controladas
 CNPJ 37.663.076/0001-07 - Companhia Aberta

☆ continuação

www.aesbrasil.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis consolidadas e o grau de habilidade ou conhecimento especializado necessário para aplicar procedimentos de auditoria para tratar do assunto e avaliar os resultados desses procedimentos.	- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em avaliação de ativos, do cálculo do valor original dos ativos da infraestrutura atualizados pela inflação (IPCA) até o final da concessão para determinar o valor de ressarcimento desses ativos e sensibilização independente baseado nos parâmetros aceitáveis da Norma IBRACON NPA 01. - Com o auxílio de especialistas em direito tributário e assessores legais, realizamos a análise sobre os fundamentos legais e jurisprudenciais apresentados do parecer jurídico versando sobre a forma de cálculo da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis em conexão às concessões ortogadas à Companhia; - Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de prejuízos fiscais e base negativa, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação complementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício anterior

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020 e a demonstração das mutações do patrimônio líquido e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações contábeis individuais do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 23 de março de 2021, sem modificação.

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos as demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, e dos fluxos de caixa, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como informação complementar.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
 Contador - CRC 1SP245014/O-2

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Alessandro Gregori Filho
 Vice Presidente de Finanças e RI

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022
Carlos Renato Xavier Pompermaier
 Diretor Vice-Presidente

Rogério Pereira Jorge
 Diretor Vice-Presidente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
 Diretora-Presidente

São Paulo, 17 de fevereiro de 2022
Carlos Renato Xavier Pompermaier
 Diretor Vice-Presidente

Rogério Pereira Jorge
 Diretor Vice-Presidente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 05/03/2022 20:06
 A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 16464352052c3274189de442ab814d15c4e6b09091